CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MULHERES NEGRAS, TRAJETÓRIAS, SILÊNCIOS E PSICOLOGIAS

Damaris Campos Pereira da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Carvalho Castro

Rio de Janeiro
Março/2025

MULHERES NEGRAS, TRAJETÓRIAS SILÊNCIOS E PSICOLOGIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Damaris Campos Pereira da Silva

Banca Examinadora:

ALEXANDRE DE CARVALHO CASTRO:92958109704

Assinado de forma digital por ALEXANDRE DE CARVALHO CASTRO:92958109704
Dados: 2025.05.08 01:53:59 -03'00'

Presidente, Professor Dr. Alexandre de Carvalho Castro(CEFET-RJ) (Orientador)

Professor(a) Dr.(a) Maria Cristina Giorgi (CEFET-RJ)

Professor Dr. Hildeberto Vieira Martins (UFF)

SUPLENTES

Professor(a) Dr.(a) Luciana de Mesquita Silva (CEFET-RJ)

Professor(a) Dr.(a) Ana Maria Jacó Vilela (UERJ)

Rio de Janeiro
Março 2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S586 Silva, Damaris Campos Pereira da

Mulheres negras, trajetórias, silêncios e psicologias / Damaris Campos Pereira da Silva. — 2025.

62f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.

Bibliografia : f. 61-62

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

A todas as mulheres negras que vieram antes de mim, que resistiram, sonharam e abriram caminhos para que eu pudesse estar aqui hoje. Em especial, às que, com inteligência, coragem e comprometimento, contribuíram para a construção do campo da Psicologia, ainda que muitas de suas vozes tenham sido silenciadas. À Virgínia Bicudo, Maria Aparecida Silva Bento, Neuza Santos Souza e tantas outras que, por meio de sua produção intelectual, atuação clínica e compromisso com a transformação social, desafiaram e reivindicaram novos modos de pensar e praticar a Psicologia. A elas, minha mais profunda gratidão e reconhecimento.

Aos meus amigos, que compartilharam comigo essa caminhada, dividindo não apenas conhecimentos, mas também as angústias de ser uma/um sujeita/o negra/o na academia. Aos que ouviram minhas inquietações, ofereceram palavras de encorajamento e me lembraram, em momentos difíceis, do porquê de eu estar aqui.

E a mim mesma, por não desistir, por seguir adiante apesar dos desafios e dificuldades, e por transformar em palavras e reflexões tudo aquilo que pulsa em mim. Porque, como nos ensina Audre Lorde, *"o medo do silêncio não nos protege. O que me protegeu foi o falar, pois cada vez que falo, aprendo que minha força está no dizer, e não no calar"*. Que este trabalho seja um ato de ruptura com os silenciamentos impostos e um passo a mais na construção de novas narrativas.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, minha sincera gratidão pelo acolhimento e pelo espaço de aprendizado que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa. Cada discussão e troca de conhecimento foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Ao CEFET, pelo apoio financeiro por meio da bolsa que me permitiu seguir no mestrado com mais segurança e dedicação. Esse suporte foi essencial para minha permanência e para que eu pudesse me concentrar nos estudos e na escrita desta dissertação.

Ao meu orientador, por sua orientação cuidadosa e pelo compromisso em guiar este trabalho com rigor e sensibilidade.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado nos momentos de dúvida e cansaço, oferecendo suporte, incentivo e afeto. Em especial, a Amanda Tamara, que me ofereceu abrigo e acolhida durante essa jornada e à Taís Souza, que generosamente dedicou seu tempo à leitura e revisão do meu texto, ajudando a dar forma e clareza às minhas ideias.

Agradeço especialmente ao Dharlan, por todo o apoio, paciência e carinho durante meu último ano e no intenso processo de escrita. Sua presença foi essencial para que eu seguisse firme, mesmo nos momentos mais desafiadores.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse possível, meu profundo agradecimento.

RESUMO

Mulheres negras, trajetórias, silêncios e psicologias

A presente dissertação buscou investigar as lacunas nas narrativas hegemônicas sobre a História da Psicologia no Brasil, analisando os mecanismos que impediram mulheres negras de ocuparem um lugar central no campo. Com base em dois eixos teórico-metodológicos principais, sendo eles, (1) a análise dos interditos e silenciamentos do discurso, conforme Michel Foucault, e (2) a busca pelo que permanece currículos e que acarreta a exclusão de produções de mulheres negras na Psicologia. A partir de um exame das interdições e silenciamentos do discurso a partir de Michel Foucault, o epistemicídio descrito a partir de Sueli Carneiro e as disputas por cânones acadêmicos, pode-se compreender restrições sobre o reconhecimento de intelectuais como Virgínia Bicudo, Maria Aparecida Silva Bento e Neuza Santos Souza. A análise dialoga com Grada Kilomba, e com Cida Bento, para questionar a negligência da Psicologia frente ao racismo e a projeção da branquitude como mecanismo de defesa do ego. Por meio de entrevistas com alunos e professores de Psicologia e levantamentos curriculares, os resultados apontam para uma estrutura acadêmica que, ao manter a lógica colonial, sustenta a invisibilização das contribuições negras. No entanto, movimentos emergentes desafiam essas dinâmicas, promovendo a transformação da Psicologia em um campo mais inclusivo e representativo.

Palavras-chave: História da Psicologia, Epistemicídio, Mulheres Negras, Interdição do Discurso.

ABSTRACT

Black women, trajectories, silences and psychologies

This dissertation aimed to investigate the gaps in the hegemonic narratives about the History of Psychology in Brazil, analyzing the mechanisms that have prevented Black women from occupying a central place in the field. Based on two main theoretical-methodological axes: (1) the analysis of discourse prohibitions and silencing, according to Michel Foucault, and (2) the examination of what remains in curricula and leads to the exclusion of Black women's contributions to Psychology. By examining discourse prohibitions and silencing through Michel Foucault, epistemicide as described by Sueli Carneiro, and the disputes over academic canons, it is possible to understand the restrictions on the recognition of intellectuals such as Virgínia Bicudo, Maria Aparecida Silva Bento, and Neuza Santos Souza. The analysis engages with Grada Kilomba and Cida Bento to question Psychology's negligence in addressing racism and the projection of whiteness as an ego defense mechanism. Through interviews with Psychology students and professors, as well as curriculum analyses, the findings point to an academic structure that, by maintaining the colonial logic, sustains the invisibilization of Black contributions. However, emerging movements challenge these dynamics, fostering the transformation of Psychology into a more inclusive and representative field.

Keywords: History of Psychology, Epistemicide, Black Women, Discourse Prohibition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico de autodeclaração racial 38

Figura 2 – Gráfico de locais de atuação 40

Figura 3 – Gráfico de autores citados 44

Figura 4 – Gráfico de bibliografias utilizadas 47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Disciplinas da História de Psicologia e Saberes 41

Tabela 2 – Disciplinas de Psicologia Social e Desenvolvimento 42

Tabela 3 – Disciplinas de Educação e Saúde 42

Tabela 4 – Ranking de autores mais citados 44

Tabela 5 – Autores por raça 45

Tabela 6 – Frequência de utilização da bibliografia 47

SUMÁRIO

Introdução 9

1 – Uma breve História da Psicologia no Brasil 14

1.1 – Dos laboratórios experimentais brasileiros às instituições de ensino: psicologia enquanto ciência 15

1.2 – Nina Rodrigues e os estudos sobre o negro: o negro como objeto de pesquisa 16

1.3 – Consolidação da Psicologia como profissão e Currículo Psi: o que esperar desse campo de saberes? 20

2 – Epistemicídio e interdição: quem está fora nos currículos psi 23

2.1 – Foucault e os Interditos do Discurso 23

2.2 – Sueli Carneiro e os Dispositivos de Racialidade: Epistemicídios e Interdição dos Sujeitos Negros 26

3 – Metodologia 30

3.1 – Formulários com professores de História da Psicologia, ... 30

3.1.1 – Organização dos Dados 30

3.1.2 – Categorização e organização 31

3.1.3 – Análise dos dados 31

3.1.4 – Interpretação e Discussão dos Resultados 32

3.2 – Análise documental 33

3.2.1 – O objetivo da análise documental: 33

3.2.2 – Organização os dados curriculares 33

3.2.3 – Categorias de análise 34

3.2.4 – Análise qualitativa dos conteúdos 34
4 – Análise e resultados: formulários 36
4.1 – O que os professores utilizam nos currículos de psicologia?..... 36
4.2 – Dos resultados obtidos 37
4.2.1 – Análise do perfil de autodeclaração dos candidatos 38
4.2.2 – Análise das áreas de atuação 39
4.2.3 – das disciplinas lecionadas 40
4.2.4 – Dos autores e bibliografias 43
5 – Análise e resultados dos conteúdos programáticos 50
5.1 – Universidade Federal Fluminense 52
5.2 – Universidade Federal do Rio de Janeiro 55
5.3 – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro 57
5.4 – Universidade Estadual do Rio de Janeiro 57
6 – Diário de Campo, pesquisa e trocas 60
Considerações finais 62
Referências 64

Introdução

Inicio este trabalho trazendo um pouco de meu percurso enquanto pesquisadora, psicóloga e mulher negra. Meu processo de tornar-me negra teve seu ponto desencadeante durante minha trajetória acadêmica, iniciada em 2016 na Universidade Federal Fluminense, campus Volta Redonda. Na construção de minha autopercepção, senti-me instigada à pesquisar e inserir na minha visão teórica a escrita de autoras/es negras/os. Com um tema de monografia intitulado “As influências das políticas de branqueamento e miscigenação na construção das identidades dos negros”, busquei trazer ao papel o incômodo que permeava a minha existência enquanto sujeita.

Naquele projeto de monografia, discorri sobre aquilo que me faltava enquanto formação psi. A ausência de discussões étnico-raciais no currículo de psicologia atravessou a minha formação, e atravessa a minha prática clínica. Hoje, me vejo com o desejo de me debruçar sobre esses autores como forma não somente de compensação de uma falta, mas também a partir de sua leitura, da compreensão de sua complexidade e importância ao fazer psi. O interesse de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), tem muito a ver com esse incômodo e com essa busca de aumentar meu arcabouço teórico, além de promover uma prática profissional ética e política.

Este projeto que venho defender não é o mesmo ao ingressar no mestrado, minha ideia seria dar continuidade à pesquisa que tinha iniciado na monografia, aprofundando nas questões que envolvem a construção da identidade dos sujeitos/as negros/as. No entanto, conforme frequentava as aulas ministradas, discutia em grupo de pesquisa, e principalmente nas reuniões de orientação, dei-me conta de que o incômodo maior, e o que me mobilizava à pesquisar, era investigar essa falta da discussão do campo étnico-racial dentro da formação das psicólogas e psicólogos da atualidade. Assim como eu, muitos colegas de profissão, principalmente pessoas negras, relatam essa percepção de uma falta de discussão acerca de temas interseccionais, como raça, classe e gênero. Não seriam esses temas interessantes para o campo formativo das/os psicólogos? Por que ainda é uma discussão insuficiente? Quais seriam as dinâmicas que impossibilitam o aparecimento dessas temáticas dentro dos currículos de Psicologia?

Tais incômodos reformularam a construção deste projeto, sendo assim busquei refazer este percurso. Fiz a escolha de focar na escrita de mulheres negras e nos processos

que as invisibilizaram dentro dos currículos psi, não só para que este trabalho possa fazer uma crítica à forma como são construídos os currículos, mas também para visibilizar trabalhos acadêmicos tão importantes que vêm sendo produzidos ao longo dos anos por intelectuais negras extremamente relevantes dentro do campo da psicologia, e que mesmo assim não têm seu devido espaço. Falemos então da Psicologia.

A Psicologia enquanto ciência é um campo consolidado há não menos que duzentos anos (FACCHINETTI; CASTRO; PORTUGAL, 2018), e apesar de tratar-se de uma perspectiva recente, se comparada a outros campos de saber, tem-se dois séculos de produções acadêmicas e curriculares. Nas graduações de Psicologia, os currículos contêm autores que são cânones do campo e que constituem uma linha temporal de uma construção disciplinar que tem seu caráter moldado por modelos europeus e estadunidenses, nos quais imperam valores intimistas, de um indivíduo livre e autônomo (VILELA, 2012).

Então, se já existem tantos textos que discorrem sobre a história da psicologia, inclusive no Brasil, por que escrever novamente sobre esse percurso? Qual seria a importância de revisitar a história e o que se encontra quando direcionamos nossas lentes para outros personagens além daqueles que já conhecemos como os cânones do campo? Qual a relevância de tentar algo novo e o que podemos esperar dessas produções?

Ora, examinar a historicização desse campo é refletir sobre como o cenário em países periféricos coloca necessariamente em cena questões políticas, de dependência ou de colaboração e intercâmbio em relação ao centro, entendido aqui como países da Europa e os Estados Unidos (VILELA, 2012). O pressuposto desta pesquisa é que há lacunas nas narrativas hegemônicas, e tais vacuidades indicam a necessidade de (re)escrever a História da Psicologia, em especial da Psicologia no Brasil a partir do olhar de mulheres negras. O caso de Virgínia Bicudo, para citar um exemplo de destaque dentre outros, demanda uma explanação mais detalhada e atenta, por conta da contribuição que mulheres negras trouxeram para o campo psi, em imbricação com os estudos de relações étnico-raciais.

Pretendo, assim, investigar qual o papel que essas mulheres tiveram neste percurso, questionar a invisibilidade e embates postos no campo que impediram que esses nomes pudessem ocupar também lugar privilegiado, mesmo propondo algumas teorias pioneiras e de grande relevância para o campo. Nesse propósito, há de se ressaltar dois eixos.

(1) O primeiro gira em torno dos mecanismos de interditos e silenciamentos do discurso, conforme análise de Foucault. Entendendo a Psicologia como um campo diversificado de saber, e um campo de tensões e disputas, como podemos pensar as dinâmicas que invisibilizaram — e ainda invisibilizam — as produções feitas por mulheres negras que influenciam o campo? A ideia não é apenas descrever o fato, mas entender o que possibilitou este acontecimento.

A partir da leitura de “Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano”, questiono, como descrito por Kilomba (2019), a respeito da negligência na discussão do racismo no campo da Psicologia. Será que historicamente, na Psicologia, para além do apagamento da temática racial, também o silenciamento das produções de mulheres negras se deve a um epistemicídio e um jogo de tensões sobre quais autores serão considerados cânones e quais serão postos à margem?

Kilomba (2019) traz relatos da sua formação neste campo, sob influência do racismo, que muito se assemelha com a realidade brasileira de modo mais amplo. De igual modo, a psicóloga negra Maria Aparecida Silva Bento (2014), em seu texto Branqueamento e branquitude no Brasil, diz que há um silenciamento quando são feitas reflexões acerca do papel do sujeito branco no processo de embranquecimento, por exemplo. A sua nomeação confronta e põe em risco a posição confortável na qual a branquitude se encontra.

O conceito de branquitude, trazido para este trabalho a partir dos estudos de Maria Aparecida Silva Bento, trata-se dos “traços de identidade racial do branco” (BENTO, 2014, p. 25). Bento ressalta que alguns dos pontos importantes da branquitude seriam “a projeção do branco sobre o negro, os pactos narcísicos entre os brancos e as conexões possíveis entre ascensão negra e branqueamento” (BENTO, 2014, p. 25).

O problema é que em grande parte dos estudos feitos sobre este tema, ainda se trata de “um ponto de vista branco” (KILOMBA, 2019, p. 72). O racismo só é visualizado a partir de uma narrativa e um olhar branco, o qual possibilita que o sujeito negro continue sendo posto no lugar de objeto, além disso, que o sujeito branco se ausente da discussão sobre os privilégios que herda da colonialidade.

Como descrito por Maria Aparecida Silva Bento,

> A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no

> Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (BENTO, 2014, p. 26).

Bento nos ajuda a compreender essa ausência na qual a branquitude se coloca, pois, desta forma, é possível a manutenção de uma ideia de que o sujeito branco estaria isento do “legado da escravidão”.

> Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo (BENTO, 2014, p. 27).

Nesse contexto constitutivo, o branco, a partir de um mecanismo projetivo, insere no sujeito negro aquilo que teme reconhecer em si. Assim sendo, são signos como “a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o”(KILOMBA, 2019, p. 37), projetados para o exterior do sujeito branco por vinculados a sentimento de culpa e vergonha, que, concomitantemente, permitem a manutenção de sentimentos positivos em relação a si mesmos, e por consequência à sua branquitude (KILOMBA, 2019).

Ou seja, o uso desse mecanismo de defesa do ego, aliado ao silenciamento frente aos benefícios simbólicos e materiais herdados pelo sujeito branco, torna favorável a sua isenção diante a discussão do racismo. Essa é a fantasia da branquitude, “nós nos tornamos a representação mental daquilo que o *sujeito branco* não quer se parecer.” (KILOMBA, 2019, p. 38).

Dentro desta lógica conceitual branca, a autora conclui que

> … é como se o inconsciente coletivo das pessoas *negras* fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da *negritude* às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes (KILOMBA, 2019, p. 38-39).

Entretanto, embora vivamos em uma sociedade na qual as estruturas se organizam de forma à velar os privilégios simbólicos dos sujeitos brancos, projetar e condicionar sujeitos negros a alienar-se frente à sua negritude, existem diversos movimentos que buscam a transformação dessas imagens.

(2) O segundo eixo, de forma análoga busca o que permanece hoje, invisibilizando as produções feitas por mulheres negras com o olhar focado para os currículos dos cursos. No campo da Psicologia, é possível verificar esse negligenciamento de narrativas tanto por

currículos embranquecidos e/ou eurocêntricos, quanto pelas relações estabelecidas dentro deste campo formativo, que em muito ainda se amparam em uma lógica colonial. Apesar disso, há diversos autores que há muito tempo tentam romper com essa lógica, podendo ser citados nomes como a própria Maria Aparecida Silva Bento, Lia Vainer Schucman, Neuza Santos Souza, e Virgínia Bicudo.

Para pensar os caminhos metodológicos possíveis, serão utilizadas revisões bibliográficas sobre quais são as produções atuais que contém a história de mulheres negras no campo psi. Além disso, pretende-se aqui dar a devida relevância a essas personagens num movimento de ampliação e disseminação de suas produções.

1 – Uma breve História da Psicologia no Brasil

Antes de mais nada, façamos um breve percurso pela história desse campo de saber, indicando fragmentos históricos que são relevantes para o propósito desta investigação. A Psicologia, em perspectiva com outros campos, tem um não tão longínquo histórico. Os que são *experts* na área, conhecem muito bem a frase “a psicologia possui um longo passado, mas uma curta história”, elaborada por Hermann Ebbinghaus, em 1908, mas amplamente citada dentro de livros, manuais, e Handbooks de Psicologia, por conta da divulgação feita por Edwin Boring, no livro “História da Psicologia Experimental”, lançado em 1929 e relançado, revisado, em 1950 (MIOTTO, 2018).

Apesar de seu curto percurso histórico, seu processo de autonomização e consolidação não se deu sem que houvesse contradições constituintes do que entendemos como o campo psi de hoje. De acordo com Miotto (2018),

> De tais perguntas, o primeiro fator importante a rememorar é que a Psicologia, em sua história, precisou se deparar continuamente com o fato de não ser um campo unitário. Considere-se a ciência um corpo único de conhecimentos ou vários ‘paradigmas’ em luta, no caso da Psicologia é fato notório que não há apenas um, mas vários ‘estudos da mente’, e via de regra sob disputa. sob disputa. Os *objetos* de estudo, por exemplo, são diferentes em cada perspectiva (MIOTTO, 2018, p. 96).

Dito isto, a Psicologia enquanto ciência, assim como outros campos científicos, não é um campo de percurso único. Porém, podemos salientar que é uma área que possui características eurocêntricas específicas importadas, e na experiência brasileira se faz presente a influência de correntes de pensamento estrangeiras.

> A formação do psicólogo nos primeiros tempos da Psicologia reconhecida como profissão era, em geral, baseada na reprodução de teorias e pesquisas estrangeiras, vindas principalmente dos Estados Unidos e da Europa e transplantadas mecanicamente para a nossa realidade, quando não aligeiradas e difundidas precariamente por obras de comentadores e não dos autores originais, obedecendo a uma lógica de mercado editorial precária e limitada. Assim, a crítica à prática profissional do psicólogo fez-se acompanhar também da crítica teórica e do questionamento da maneira como tais teorias eram aqui difundidas (ANTUNES, 2012, p. 61).

Isto se verifica não apenas na apropriação de conceitos, mas também no papel que instituições estrangeiras possuem na formação de nossos pesquisadores e nas relações de poder associadas nessa relação centro-periferia. Numa perspectiva de análise, portanto, são particularmente importantes os confrontos que se produzem entre diferentes correntes sobre a adequação de teorias produzidas em outros contextos sociais para a realidade social brasileira. (VILELA; DEGANI-CARNEIRO; OLIVEIRA, p. 527, 2016).

Em suma, a Psicologia científica se desenvolve há pelo menos duzentos anos (FACCHINETTI; CASTRO; PORTUGAL, 2018), mas, no Brasil, sua consolidação enquanto profissão aconteceu em meados dos anos 1960, principalmente pelo marco de sua regulamentação através da lei 4.119, de 1962 (MARTINS, 2018). Ou seja, aqui se coloca pragmaticamente a noção de psicologia-ciência em contraste com a noção de psicologia-profissão (embora não existam linhas limítrofes rígidas), a fim de se ressaltar a necessidade de se avaliar detidamente o que está sendo chamado de eixo 2 da pesquisa, pois, a Psicologia brasileira ainda é uma vertente recente.

1.1 – Dos laboratórios experimentais brasileiros às instituições de ensino: psicologia enquanto ciência

De antemão é necessário ressaltar que a distinção entre a prática acadêmica, dita como científica da *práxis* psi é feita nesse texto unicamente por fins didáticos. No campo psi, sua concepção como saber psicológico e autonomização enquanto disciplina estão intrinsicamente engendrados. No cotidiano, o uso da terminologia “psicólogo” é remetida ao campo da psicologia clínica (FACCHINETTI; CASTRO; PORTUGAL, 2018), porém seu aparecimento enquanto disciplina em solo brasileiro não se desenhou pela ideia de uma prática voltada ao atendimento individualizado dos sujeitos. O aparecimento dos primeiros laboratórios de psicologia experimental pode ser verificado com a vinda da Família Real ao Brasil.

> Com a chegada da Família Real, em 1808, e a independência, em 1822, esse quadro se modificou sensivelmente. A interiorização da metrópole na colônia modificou o panorama social e cultural do país. Foram criados órgãos oficiais de transmissão e elaboração do conhecimento, como

> cursos superiores e sociedades científicas. A criação dos cursos de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro (1833) e a organização de sociedades científicas e periódicos na área da saúde se constituíram como sinais de novos tempos.
> Nas faculdades, os médicos apresentavam um grande interesse pelos assuntos psicológicos, produzindo teses de doutoramento acerca do tema, com algumas nuanças regionais. Na Faculdade da Bahia, por exemplo, a preocupação principal estava relacionada com a aplicação da psicologia nos problemas sociais, como na Higiene Mental e Psiquiatria Forense. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por sua vez, o interesse estava voltado para a relação da psicologia com a neuropsiquiatria e neurologia (Pessotti,1988). Os estudos desenvolvidos no Rio de Janeiro estavam intimamente relacionados à psicologia experimental. Esse tipo de saber era caracterizado essencialmente pela mensuração e classificação de comportamentos, e através dele a psicologia procurava ganhar status de disciplina autônoma (PESSOTTI apud PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003, p. 21).

Com a criação das faculdades de medicina, e os interesses no campo psi e sua relação com a neuropsiquiatria e neurologia, pode-se verificar uma vertente do surgimento da psicologia enquanto disciplina. Outro campo que se apropriou dos saberes psicológicos em seu ensino foi a Educação.

> Em termos institucionais, a psicologia se aproximou primeiramente da educação. A Reforma Benjamim Constant (1890) incorporou a disciplina de psicologia nos currículos das Escolas Normais (Soares, 1979). Isso foi importante para o desenvolvimento da profissão, pois deu início ao processo de institucionalização da psicologia no Brasil. Acompanhando a tendência internacional, foi criado no Pedagogium, em 1906, o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental no Brasil. (Lourenço Filho, 1955/1994; Penna, 1992). Por esta razão, tanto a inclusão da disciplina de Psicologia na formação da professora normalista (1890) quanto a criação do primeiro laboratório experimental em educação (1906) podem ser consideradas marcos do processo de profissionalização da psicologia no Brasil. Esta mesma tendência, observada no Rio de Janeiro, pôde ser verificada em São Paulo, em momento posterior. No caso paulista, a disciplina de Psicologia tornou-se obrigatória na Escola Normal em 1893 (Massimi, 1990). O Laboratório de Psicologia Educacional, por outro lado, só foi institucionalizado em 1931 (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003, p. 21-22).

1.2 – Nina Rodrigues e os estudos sobre o negro: o negro como objeto de pesquisa

Raimundo Nina Rodrigues, mais conhecido como Nina Rodrigues, foi um médico legista, psiquiatra, professor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Considerado “notório eugenista”, fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país.

Apontado como o primeiro intelectual brasileiro a abordar a questão do negro como uma questão social, o adotava com uma postura racista, nacionalista e cientificista. Conforme discutido por Hidelberto Vieira Martins (2018), inicia os estudos voltados para a questão do negro no Brasil, em resposta a um apelo trazido por Sílvio Romero sobre a necessidade de compreensão das contribuições da raça Africana para a formação do Brasil (RODRIGUES apud MARTINS, 2018).

O intelectual negro Kabengele Munanga destaca

> Precisou-se esperar quase meio século para que o médico psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues reagisse aos pedidos de Sílvio Romero e inaugurasse os primeiros trabalhos de pesquisa sobre o negro na Bahia, coroados pela publicação em Paris de L’animisme fétichiste des nègres de Bahia, em 1900.(...) Do negro visto historiograficamente através do tráfico, da escravatura e da abolição, ou apenas biologicamente através das diferenças físicas e como produtor de uma cultura diferenciada, passou-se a encará-lo como um problema social sujeito a uma análise sociológica dentro do discurso antiracista da época (MUNANGA apud CARNEIRO, 2023, p. 42).

Com a resposta dada por Nina Rodrigues, inicia-se a formulação do “negro” como objeto da ciência, além da inauguração da etnologia afro-brasileira como campo de pesquisa (MARTINS, 2018). Em seus estudos, Nina Rodrigues utilizava da ciência como busca para soluções dos “problemas nacionais”, dentre estes, em seu ponto de vista, o negro na sociedade brasileira era um a ser resolvido (MARTINS, 2009).

Martins destaca dois problemas da obra de Nina, sendo eles: a questão da liberdade (livre arbítrio) e o tema da periculosidade do negro. Com uma escola de pensamento de grande influência para a criação de práticas e saberes médicos sobre as relações raciais brasileiras (MARTINS, 2009). Para além disso, “o que essa ‘escola’ tenta consolidar é a proposta de um modelo de vigilância sobre a população ou de parte dela” (MARTINS, 2009, p.129). Sueli Carneiro nos ajuda a compreender essa ideia da seguinte maneira,

> Ao longo do século XX houve uma intensa produção de saberes sobre o negro, com a proliferação de institutos de pesquisa, centros de estudo

> africanos e de relações em todo país, os quais titularam e tornaram célebres pesquisadores e intelectuais brancos “especialistas em negros”, (...) Tratava-se de saberes e instituições apropriados por brancos, que conformavam interpretações e modos de subjetivação para o negro (CARNEIRO, 2023, p. 48).

Vê-se a partir do que foi dito acima por carneiro, aquilo que Grada Kilomba e Aparecida Bento trazem como problemática do campo psi. A produção de saberes não difere das outras ciências que se instituíram em solo brasileiro. Sua produção acerca da negritude ocupava um lugar de tomá-la como objeto, reificando assim, sujeitos/as negros/as.

Não somente no século XX, mas já no século XIX Nina já estava elaborando tais saberes. Tais processos possibilitaram

> ... toda uma maquinaria científica voltada para a qualificação (positiva e/ou negativa) das manifestações associadas ao *elemento negro.* E o saber médico parece ter sido um dos principais modelos utilizados para descrever e definir os meios mais adequados para determinar o funcionamento de nossa sociedade (MARTINS, 2009, p.116).

Como descrito por Schucman e Martins,

> Os trabalhos de Rodrigues (1894, 1935, 1939, 2006) foram fundamentais para a consolidação de um modelo psicofísico capaz de nomear e descrever as “deficiências” do negro brasileiro, tendo como efeito mais imediato o reconhecimento das consequências sociais “perversas” que a manutenção do convívio com essa raça poderia acarretar para a sociedade brasileira (...)
> As pesquisas e ações institucionais realizadas por esses atores foram de grande importância para a formação de um saber de uma prática médico-psicológica sobre a questão racial no Brasil nas primeiras décadas republicanas. O “negro” seria “capturado” nessa rede de significações como elemento portador de certas características patologizáveis e, portanto, passível de ser “objeto da ciência (SCHUCMAN; MARTINS, 2017, p.175-176).

Tais análises feitas por Schucman e Martins contribuem para a construção da compreensão sobre o impacto do epistemicídio, que será mais bem discutido no capítulo conseguinte. Seus argumentos reforçam a posição de como as ciências, em específico a Medicina e a Psicopatologia, desempenharam um papel central para a constituição de discursos que reforçam a desumanização e patologização de sujeitos negros.

Nessa perspectiva, outro conceito muito utilizado por tais saberes foi o de degenerescência. Tendo sua emergência com Bénedic-Augustin Morel, o conceito de degenerado foi uma categoria psicopatológica que ocasionou grande influência nos estudos de alienação mental da psiquiatria francesa (SEPA JR.,2010). Conceituado como um "desvio doentio de um tipo primitivo (MOREL, 1875, p.5 apud SEPA JR., 2010, p. 450) traz em sua definição as características fundamentais de transmissão hereditária e carrega certos estigmas físicos e morais.

Para os intelectuais que trabalhavam o conceito de degenerado, o ponto da hereditariedade era fora de contestação. Sendo assim, ao longo dos anos, mesmo com influências dos saberes da época, como a ascensão do darwinismo, lamarckismo, entre outros discursos, tem como ponto central e característico a dimensão hereditária. (SEPA JR., 2010).

Castro e Facchienetti apontam, no contexto brasileiro, a verificação da influência do racismo científico em tal terminologia para a psiquiatria. Ao fazer uma análise documental do Hospício Nacional de Alienados, puderam constatar tal fato. (CASTRO; FACCHINETTI, 2022). Nina Rodrigues, alinhado à discussão sobre o degenerado,

> for instance, claimed that the increase in social requirements set by the modernization process would make the barbarian and wild side emerge within the mixed-race population, including the degeneration to anthropological (physical) and sociological inequalities that could never possibly be restored (SCHWARCZ, 2009 apud CASTRO; FACCHINETTI, 2022).

Sua tese de que a miscigenação acarretaria a degeneração foi de grande popularização no cenário da época. Podemos observar assim como tais práticas propiciavam a consolidação discursiva de uma ciência patologizante do corpo negro, tornando-o alvo de exclusão e controle.

Guerreiro Ramos, anos antes, ao teorizar em "A patologia social do branco brasileiro", já nos apontava a deturpação entre "Negro-tema", que se caracteriza ao tratamento do negro como objeto de estudo, no qual se produzem estereotipias e ficções que se distanciam da realidade, e o "Negro-vida", que é a vivência real e dinâmica das/os negras/os e parte constantemente ignorada nos meios acadêmicos (RAMOS, 1957). Nesse trabalho, Ramos aborda a contradição racial existente no Brasil, na qual a brancura é enaltecida como ideal estético, embora a sociedade brasileira não seria composta por uma

“raça pura”, mas sim majoritariamente por indivíduos de ascendência/origem negra e/ou mestiça.

Baseando se em uma perspectiva adleriana, discorre sobre o protesto racial vivenciado para essa negação de ancestralidade e associação com a brancura. Com a presença de opostos – uma superioridade desejada, porém fictícia, e uma inferioridade excessiva – esse mecanismo de negação aterraria a construção das identidades dos/as sujeitos/as brasileiros/as. Para o autor, tal processo foi trabalhado pela intelectualidade acadêmica, como podemos retomar o exemplo de Nina Rodrigues, com o intuito de reforçar essa oposição entre brancos e negros (RAMOS,1957).

O protesto racial, visto pelo autor como patológico, reflete um desajustamento entre a realidade demográfica e a realidade concreta, uma vez que um ideal de brancura não corresponderia, assim, á realidade histórica e biológica do país (RAMOS,1957).

> o ideal de brancura, tal como o ilustramos anteriormente, nas condições atuais, é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional (RAMOS, 1957, p. 187).

Podemos observar, como descrito por Ramos, o quanto esse “ideal de brancura”, herança colonial brasileira, afeta negativamente tanto no âmbito individual, quanto coletivo no contexto brasileiro. Esse desalinhamento com a realidade possibilita a manutenção de estruturas de poder e controle, através da dualidade negro-branco. Esse processo de tornar “o negro” objeto de pesquisa, além da partilha de uma crueldade e má-fé, tinha como finalidade a contribuição para esse status de inferioridade aos sujeitos/as negros/as. Ramos destaca que “Foi uma minoria de <<brancos>> letrados que criou esse <<problema>>, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas.” (Ramos, 1957, p. 191) E essa produção seria reflexo da patologia do branco brasileiro, e aponta para a responsabilidade que tal elite intelectual tem para a perpetuação do “problema racial” no Brasil.

1.3 – Consolidação da Psicologia como profissão e Currículo Psi: o que esperar desse campo de saberes?

Com base no exposto até aqui, é importante a reflexão sobre as tensões postas no campo de formação dos psicólogos. O que seus currículos têm incluído e o que tem sido deixado de fora? Quais autores e contribuições têm sido integradas e consideradas cânones do campo, e quais permanecem à margem? Quais saberes são difundidos como hegemonias? Será que o uso de autores europeus e estadunidenses somente contemplaria a formação de psicólogos/as que vivem em uma realidade tão distinta? Nesse sentido,

> É preciso, por conseguinte, problematizar os critérios mediante os quais a Psicologia europeia e a americana pode ser, ou não, vista na História do Brasil. É necessário relativizar as premissas instituídas de que ideias e práticas psicológicas passaram por um mero processo de transmissão unidirecional do "Primeiro Mundo" para o Brasil. Afinal de contas, uma dada prática acadêmica só é Psicologia se estiver atribuído a si o nome "Psicologia"? (CASTRO; PORTUGAL; FACCHINETTI, p.38, 2018).

Portanto, ao pensarmos na historicidade da Psicologia, é importante que estejamos atentos tanto ao conteúdo transmitido nos currículos e discursos do campo, como também na forma a qual são transmitidos e apropriados tais saberes (CASTRO; PORTUGAL; FACCHINETTI, 2018). Tendo como o critério acadêmico para quais saberes serão ditos cânones e ensinados nas instituições universitárias a relevância, quem decide, ou melhor dizendo, o que delimitaria os conteúdos dados como relevantes?

Em todo caso, o que nos interessa não é traçar os pormenores dessa história recente, e sim indagar onde se encontram as mulheres, e especificamente as mulheres negras, nesse processo de consolidação e reconhecimento da profissão. Além disso, buscamos investigar quais contribuições tais mulheres trouxeram para o campo.

Em 2002, o Conselho Federal de Psicologia faz a publicação da Resolução CFP nº 018/2002, a qual estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Tal publicação consiste em retomar a Declaração Universal dos direitos humanos, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as formas de discriminação Racial, a Constituição Federal em seu trecho que diz que criminaliza o racismo e os princípios éticos estabelecidos no código de ética profissional. Com isso, verifica-se uma preocupação, há 22 anos atrás, de que a discussão étnico-racial faça parte da prática psicológica. Mas o quanto isso reflete em mudanças efetivas nos

matizes curriculares dos cursos de psicologia? Se, em seu primeiro processo formativo, essa discussão é inexistente, como isso poderia se refletir em sua atuação profissional?

2 – Epistemicídio e interdição: quem está fora nos currículos psi

Até este ponto, minha tentativa foi a de demonstrar um percurso histórico da formação dos currículos psi, buscando compreender quais foram as influências presentes no campo da Psicologia do ponto de seu aparecimento até sua instituição enquanto profissão no contexto brasileiro. Tendo este enfoque no campo de formação, minha intenção aqui neste capítulo, é explorar as dinâmicas curriculares de poder e exclusão que coexistem ao longo da construção dos currículos de Psicologia no Brasil, e que persiste na invisibilização de saberes construídos por vozes, em especial pelas vozes de mulheres negras. Além de não serem reconhecidas como produtoras de conhecimento, como também não são se quer mencionadas como relevantes dentro de tais conteúdos programáticos.

A partir de uma investigação dos conceitos de epistemicídio e interdição discursiva, trazidos pelo olhar de Carneiro e Foucault, busca-se investigar quais foram as contribuições para a invisibilização de tais conhecimentos nos espaços acadêmicos da psicologia. Além disso, visa-se agregar a discussão como o dispositivo de racialidade, teorizado por Carneiro a partir de uma perspectiva foucaltiana da noção de dispositivo, contribuindo assim para que tais processos aconteçam.

2.1 – Foucault e os Interditos do Discurso

A leitura de Michel Foucault, nos proporciona pensar numa forma para a compreensão dos discursos que constituem o campo psi e das dinâmicas que os engendram. Em *A Arqueologia do saber*, o autor discorre sobre o estudo do saber como um procedimento de análise discursiva. Para ele, sua construção se daria a partir de relações genealógicas, sua análise decorre da percepção de que os processos que instituem estruturas discursivas não seguem uma linha historiográfica e unitária. Mas sim se assemelha com um sistema de dispersão.

Com uma análise crítica do percurso histórico da formação e origem dos saberes, libertando-se da ideia de que seriam formas contínuas e lineares, Foucault propõe que

observemos os conflitos, a imprevisibilidade, e principalmente as relações de poder as quais permitem compreender como o discurso é um fenômeno que irrompe em uma dispersão do tempo, no qual ele se repete, pode ser esquecido, é sabido, transformado, apagado (FOUCAULT, 2008).

> "É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 2008, p. 24).

Compreendendo essa análise genealógica que se concebe como um método de investigação de descontinuidades, é possível que questionarmos as verdades hegemônicas que se estabelecem em determinados períodos do tempo. Foucault nos traz provocação, ao pensar nessa metodologia de investigação das ditas verdades universais através da transgressão de um estudo que busca linearidade. Ele diz, "É preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares." (FOUCAULT, 2008, p. 24)

Diante disso, afirmo aqui a posição de buscar nos currículos psi essa historização a partir de uma perspectiva genealógica. Nos interessa fazer essa arqueologia do campo curricular da psicologia para a compreensão de como este discurso pode se construir e quais as relações foram estabelecidas. No capítulo anterior, ao fazer o traçado histórico da Psicologia no Brasil, pode-se verificar as influências da medicina e da pedagogia europeia para a construção da disciplina psicologia. Para além disso, nos permite também vislumbrar, principalmente nesse campo médico e antropológico, como os sujeitos negros eram postos no lugar de "objeto da ciência". Vê-se aqui a questão principal deste trabalho: Diante de qual dinâmica o apagamento e/ou invisibilidade das mulheres negras pertencentes do campo psi ocorrem? Quais são as regras que definem seus enunciados-histórias-legados e discursos não apareceram junto, ou até mesmo, em detrimento dos cânones já postos do campo?

Assim como Foucault, entendo que as dispersões do campo do saber não podem ser ignoradas para sua constituição, proponho também que não ignoremos tais difusões. Elas fazem parte da constituição discursiva. É sabido que,

> não se pode falar de qualquer coisa, em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade (FOUCAULT, 2008, p.50).

E, utilizando-me desta afirmativa de Foucault sobre a formação de objetos, acrescento, não há tempo mais propício que este para discutir as ausências da discussão étnico-racial dentro do currículo psi, e está mais que na hora que de estudar tal assunto de forma aprofundada para se exaurir e produzir novas concepções de sujeito. O contexto é fundamental para a emergência e formação de novos discursos, e não há o intuito aqui de trazer uma verdade absoluta, mas sim de visibilizar e viabilizar o acesso daqueles que foram excluídos e interditados por decorrência dos conflitos e relações de poder que antes se estabeleceram.

Dito isto, nos aprofundemos na noção de discurso trazida pelo autor. Para Foucault, a produção discursiva decorre de alguns processos formativos como controle, seleção, organização e redistribuição (FOUCAULT, 2014). Dentro desses processos, existem procedimentos de exclusão e interdição que são cruciais para entendermos as dinâmicas de invisibilização das mulheres negras no campo psi.

O discurso não é uma unidade transparente, neutra e universal, apesar de apresentar-se dessa forma, ele é um fenômeno no qual a política e a sexualidade podem ser exercidas. Portanto, para a compreensão dessa ligação com o poder e o desejo, faz-se necessária a compreensão das interdições.

> O discurso, nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência em si. (...) O discurso nada mais é que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura não jamais põem em jogo senão os signos (FOUCAULT, 2014, p.46-47).

No trecho anterior, pode-se verificar como Foucault nos descreve esse caráter do discurso e sua relação com a verdade. Ele se demonstra como algo que não é absoluto, mas que parte de uma percepção manifestada através das relações que são estabelecidas. Sendo assim, com sua característica relacional, o discurso permite que se crie possibilidades ilimitadas daquilo que será dito, mas sua enunciação possui limites delimitados pelos signos linguísticos, ou seja, de significados que se manifestam na linguagem. Visto como um jogo, é possível perceber a sua dinamicidade está presente na construção discursiva.

Existem, independente da sociedade, procedimentos de exclusão na ordem do discurso. Desses procedimentos, o mais familiar é o da *interdição*. Ele delimita o entendimento de que não se pode dizer de tudo, principalmente falar de tudo em qualquer circunstância, e ainda mais que não é qualquer sujeito que pode falar sobre qualquer coisa (FOUCAULT, 2014). Na interdição, podem-se dividir três subtipos, sendo eles: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusividade. Esses três tipos de interdições formam uma grade de tamanha complexidade que não se modifica (FOUCAULT, 2014).

Quando os discursos são atingidos por essas interdições, são evidenciadas as ligações do mesmo com o desejo e poder. Mas o que é o discurso, afinal? Ele está para além daquilo que manifesta - ou oculta - um desejo. É também um objeto do desejo, é aquilo pelo que se luta, é o poder que se deseja (FOUCAULT, 2014).

2.2 – Sueli Carneiro e os Dispositivos de Racialidade: Epistemicídios e Interdição dos Sujeitos Negros

> *"São múltiplas as interdições desencadeadas pelo dispositivo de racialidade. O negro é interditado enquanto ser humano, enquanto sujeito, enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito moral, político e cognoscente."*
>
> *Sueli Carneiro*

Abro este subcapítulo com a citação de Sueli Carneiro, presente em sua tese de doutorado, intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* e

defendida em 2006, na USP. Recentemente reeditada como livro, o qual tive acesso para a leitura e fundamentação desta dissertação. Carneiro, em sua tese, trabalha com o conceito foucaultiano de dispositivo e com ele, retoma os conceitos de interdição e epistemicídio.

> Para Foucault, dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que opera em um determinado campo e se desvela pela articulação que se engendra a partir de uma multiplicidade de elementos e peça relação de poder que entre eles se estabelece (Carneiro, 2023, p.27).

Revelando também uma urgência histórica, instauraria uma divisão de efeitos ontológicos, que constituiria o sujeito através da enunciação sobre o outro. (CARNEIRO, 2023). Assim sendo, Carneiro traz a raça para a discussão, elaborando assim o dispositivo de racialidade. Para ela, assim como na sexualidade, haveria uma produção de uma duplicidade de opositores – positivo e negativo – com a cor da pele como determinante de normalidade (CARNEIRO, 2023). Pensando nesse dispositivo, no qual a normalidade é instituída a partir da “brancura”, como seriam construídas as ciências do SER para pensar o que seria patológico? Quando não se incluem as construções de outridade dentro do âmbito da normalidade, o que é produzido nesse campo de saber?

> O dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão. Desse modo, branco torna-se ideal de Ser para os Outros, e a mulher branca, uma mística para os não brancos. Essa forma de afirmação da burguesia instituiu para todos o padrão estético desejável, a forma de amor e de sexualidade, a moral correspondente, sendo o corpo a expressão da autoafirmação (CARNEIRO, 2023, p. 31-32).

Como elaborado por Foucault, as marcas dos valores sociais estão dispostas nos corpos dos/as sujeitos/as. É nele que é fixado seu sentido e valor da sociedade. Sendo assim, podemos compreender o corpo como um signo (FOUCAULT, 1979). Carneiro aprofunda sua elaboração do dispositivo de racialidade ao trazer o conceito de contrato racial de Charles Mills. Além de um instrumento normativo, Carneiro argumenta que o contrato racial explicaria a gênese da sociedade e do Estado, sua estruturação, funcionamento governamental, e a psicologia de seu povo (CARNEIRO, 2023). Sua

construção deriva de elementos heterogêneos, o que incluiria “os ditos e não ditos e a proliferação de discursos associados à racialidade” (CARNEIRO, 2023).

Carneiro demonstra que, como para Foucault, o sexo é um demarcador de uma verdade sobre o sujeito que define sua normalidade, para ela a raça um outro demarcador.

> a raça é, em meu entendimento, outro demarcador para a apreensão dessa verdade; por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual. Assim, o saber sobre o negro é considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça produzidos no interior de relações de poder (CARNEIRO, 2023, p. 39).

Grada Kilomba, ao teorizar sobre a posição de objetificação que ocupamos enquanto sujeitas/os negros, indica o quanto há a necessidade de se pensar em trabalhos os quais ocupemos o lugar de sujeito de pesquisa, visto que, para a estrutura hegemônica, essa *outridade* ainda é posta em uma posição de anormalidade, ou quando não, como específico, em oposição ao universal; subjetivo, e não objetivo; emocional, não racional, e assim por diante (KILOMBA, 2019).

Carneiro, ao trazer a sua tese o conceito de epistemicídio, faz uso do autor Boaventura de Sousa Santos,

> para quem o epistemicídio se constituiu num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial pela negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros, que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2023, p. 87).

Tal conceito, para Carneiro, e que está em concordância com a minha visão enquanto pesquisadora, é que se trata de uma das principais violências simbólicas contra a população negra. Essa negação da legitimidade do conhecimento que encadeia em uma produção de inferiorização intelectual e deslegitimação dos conhecimentos produzidos pelas/os sujeitas/os negras/os, acarretam consequências avassaladoras, como, por exemplo, a falta e/ou insipiência de produções acadêmicas na temática étnico-racial dentro do campo da Psicologia. No entanto, acredito que haja sim produções, mas o que ocorre é a falta de discussão do material que já existe e consequentemente, sua ampliação e aprofundamento.

> para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, (...) implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela **produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva**; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2023, p. 88-89)

3 – Metodologia

Ao se fazer um levantamento bibliográfico preliminar, feita de setembro à dezembro de 2023, utilizando como descritores “mulher negra” e "psicologia", na base de dados da Scopus, têm-se como resultado apenas um único artigo tratando do tema, publicado no ano de 2021. Nesse artigo, intitulado *“A produção do conhecimento em psicologia a partir das experiências de mulheres negras diaspóricas. Aspectos teórico-metodológicos”,* as autoras trazem a problematização do epistemicídio presente no campo de produção científica da Psicologia, com o intuito de construir recursos de enfrentamento. A partir da utilização de duas pesquisas feitas com mulheres negras no campo, buscam pela ampliação desse campo de referências.

Portanto, há de se ressaltar, que há uma lacuna expressiva no tratamento dessa temática. Esse dado concreto aponta a relevância da presente investigação, que irá adotar uma sequência de etapas, pois os caminhos metodológicos a serem aqui adotados incluem os elementos que destrincharemos a seguir.

3.1 – Formulários com professores de História da Psicologia,

A fim de obter a informação acerca de quais as principais referências que utilizam, formulários serão feitas por e-mail com integrantes dos GTS da Anppep.

Para a análise dos formulários com os docentes, a metodologia adotada na coleta de dados teve abordagem quantitativa e qualitativa. Sendo assim, nosso intuito foi compreender quais seriam as relações entre o material bibliográfico utilizado em sala de aula, quais autores eram citados e se há alguma relação com a autodeclaração dos respondentes. Sendo assim, seguimos as seguintes etapas:

3.1.1 – Organização dos Dados

A partir do preenchimento do formulário pelos participantes, é gerada uma tabela com suas respostas, que por seguinte foram separados e organizados em planilha. O conjunto de dados contém informações sobre:

- Autodeclaração racial dos respondentes;
- Instituições de ensino que lecionam;
- Disciplina lecionadas
- Autores citados;
- Referências bibliográficas utilizadas

3.1.2 – Categorização e organização

Com os dados organizados, foram seguidos os passos de analise à seguir:

- Análise de autodeclaração racial: Verificação da frequência de classificação conforme a identificação dos respondentes (ex.: preto, pardo, branco, indígena, amarelo);
- Análise de autores citados: Listagem completa dos autores mencionados, incluindo a frequência de citação, criação de um ranking para análise qualitativa;
- Análise das referências bibliográficas: Listagem dos textos e obras citadas pelos participantes e criação de um ranking dos mais utilizados.
- Correlação entre autores e identidade racial dos respondentes: Verificação de possíveis padrões na escolha de referências em função da racialização dos docentes.

3.1.3 – Análise dos dados

A partir dos dados, categorizados e organizados, da criação de gráficos e tabelas como ferramentas de visualização, foram aplicadas técnicas de análise quantitativa e qualitativa.

Análise Quantitativa:

- Contabilização dos autores mais citados e análise dos 10 mais citados;
- Verificação da frequência das referências bibliográficas utilizadas e análise das 10 mais citadas;
- Comparação entre a menção dos autores e a autodeclaração racial dos respondentes;
- Identificação de padrões na escolha de autores e textos.

Análise Qualitativa:

- Investigação sobre a diversidade de autores citados, considerando a raça e gênero dos mesmos;
- Reflexão crítica sobre a possível marginalização de epistemologias não hegemônicas ou contra hegemônicas;
- Discussão sobre epistemicídio, pacto narcísico da branquitude, interdição discursiva e exclusões no campo acadêmico da psicologia.

3.1.4 – Interpretação e Discussão dos Resultados

A partir destas análises, foram extraídas inferências sobre a relação entre identidade racial e a construção do conhecimento acadêmico. Para isso, buscamos compreender 1) se existe a predominância de determinados grupos raciais entre os autores mais citados; 2) se há correlação entre a identidade racial dos respondentes e suas escolhas bibliográficas; 3) E se há indícios de epistemicídio, exclusão ou silenciamento de determinados autoras e perspectivas teóricas. Tais resultados puderam ser interpretados a

luz dos referenciais teóricos que conduziram essa pesquisa, sendo ele a noção de epistemicídio e dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2023) e os interditos do discurso (FOUCAULT, 2014), de forma a compreender qual o panorama da formação acadêmica em psicologia, e de que forma ela pode se tornar uma produção ainda mais crítica de conhecimento.

3.2 – Análise documental

Foram analisados programáticos de cursos de Psicologia, a fim de obter a informação acerca de quais referências são indicadas para os/as estudantes. (Análise em etapas: quantos e quais cursos de Psicologia existem no Brasil segundo dados do MEC? Critérios de inclusão escalonados, de acordo com a viabilidade: cursos das públicas do Rio/ cursos das públicas do Brasil/ Todos os cursos. Coleta dos conteúdos e planos de aula no site das instituições; seguida de análise documental).

Com fim de delimitarmos melhor nossas análises, seguimos as seguintes etapas para a análise documental:

3.2.1 – O objetivo da análise documental:

- Verificar a presença ou ausência de autores/as negros/as.
- Buscar nas disciplinas se abordam questões étnico-raciais e ou utilizem bibliografias de autores/as negros/as, sendo preferencial o uso de referências de mulheres negras
- Verificar se há relação entre a estrutura curricular e práticas excludentes (epistemicídio).

3.2.2 – Organização os dados curriculares

a) Fluxograma do curso

- Lista dos componentes do fluxo:
    - Ordem das disciplinas obrigatórias.
    - Carga horária de cada disciplina.
    - Áreas de concentração (se houver).

b) Ementas das disciplinas:

- Reunião de todas as ementas e organização em categorias:
- Matriz de análise**:** Criação de tabelas com colunas
    - Nome da disciplina
    - Categoria (Obrigatória/Optativa)
    - Carga Horária
    - Temas centrais (Ementa e Objetivos)
    - Referências.

3.2.3 – Categorias de análise

- Epistemologias centrais: Quais autores, autoras ou tradições teóricas dominam?
- Inclusão de diversidade: Presença de conteúdos sobre raça, gênero, classe.
- Há a presença de produções de autoras negras? Quais são essas produções?
- Interseccionalidade: Abordagens que conectam múltiplas opressões.
- Práticas críticas: Disciplinas que discutem ou questionam as epistemologias clássicas.

3.2.4 – Análise qualitativa dos conteúdos

- Identificação de padrões temáticos recorrentes nas ementas.
- Identificação de autores recorrentes nas ementas
- Identificação da presença/ausência de autoras negras nas ementas

- Análise da frequência de menção de autores dos tópicos anteriores

4 – Análise e resultados: formulários

A partir da exploração do segundo eixo de pesquisa, damos seguimento à pesquisa do cenário atual a partir da exploração de conteúdos curriculares, formulários com professores e conversas em congressos e eventos com alunos de cursos de graduação em psicologia.

4.1 – O que os professores utilizam nos currículos de psicologia?

A produção do conhecimento e formação em psicologia está engendrada a processos históricos, políticos e epistemológicos que determinam quais vozes são legitimadas e quais são silenciadas no campo acadêmico. Nesse sentido, nossa pesquisa compreende a necessidade de tencionar a relação entre identidade racial, gênero e a construção do saber. Consequentemente, considero fundamental a análise dos mecanismos que operam na seleção de referenciais teóricos e na exclusão de determinados autores e perspectivas. Este subcapítulo busca explorar essa questão a partir da análise das referências bibliográficas utilizadas pelos respondentes de uma pesquisa direcionada a membros do Grupo de Trabalho (GT) 24 – História Social da Psicologia.

A pesquisa tem como premissa de que a estrutura acadêmica, historicamente marcada por um viés eurocêntrico, influencia as escolhas bibliográficas e contribui para a perpetuação de um cânone intelectual excludente. Dessa forma, a análise realizada aqui busca responder a três questões centrais: (1) há predominância de determinados grupos raciais e de gênero entre os autores mais citados? (2) existe correlação entre a identidade racial dos respondentes e suas escolhas bibliográficas? (3) há indícios de epistemicídio, exclusão ou silenciamento de determinadas autoras e perspectivas teóricas?

Para responder a essas perguntas, a investigação se ancora nos conceitos de epistemicídio e dispositivos de racialidade, conforme formulados por Sueli Carneiro (2023), e na noção de interditos do discurso, proposta por Michel Foucault (2014). Além disso, utiliza-se também o conceito de Pacto Narcísico da Branquitude, de Cida bento (2022).

A partir da articulação entre essas referências teóricas e a análise dos dados coletados, este subcapítulo busca oferecer uma reflexão crítica sobre os critérios que estruturam a validação do conhecimento em psicologia.

4.2 – Dos resultados obtidos

Este ponto, será nossa partida para que possamos analisar como tem se organizado as discussões dentro dos cursos de psicologia. Tradicionalmente, vê se os mestres e doutores como detentores de um saber, e dentro da academia, são aqueles responsáveis pelas ementas disciplinares. Ou seja, os professores têm papel fundamental na construção do que se entende enquanto currículo. Por mais que essa construção do currículo em si não seja individual, o papel do docente tem certa centralidade devido a posição que por este é ocupada no ambiente acadêmico.

Para a construção dos formulários, foi pensado principalmente nas leituras que são clássicas da psicologia. Como meu intuito é também o de dar ênfase às mulheres negras do campo psi, pensamos também em textos importantes de Cida Bento, Neuza Santos Souza e Virgínia Bicudo, que poderiam ser citados em tais ementas/bibliografias.

Para delimitação do campo no qual o formulário circularia, foram escolhidos os membros do GT 24 de História Social da Psicologia da AMPEP, o qual é constituído por 25 professores de história da psicologia. Destes integrantes, obtivemos 12 respostas ao formulário que serão analisadas posteriormente neste trabalho.

Os dados coletados no formulário foram a autodeclaração, qual instituição atua atualmente, se atua como professor, em quais disciplinas leciona. Em um segundo momento do formulário foram listados autores/as citados em sala de aula para que assinalassem aqueles que eram mais utilizados por eles. Em seguida, havia uma lista de quais textos destes mesmos autores eram utilizados em sala de aula. O formulário teve o intuito de verificar, quantitativamente, quem eram os autores mais utilizados/citados. Para caminhos de continuidade de pesquisa, seria interessante pensar em entrevistar futuramente tais professores para uma compreensão de como tais autores aparecem em suas disciplinas.

4.2.1 – Análise do perfil de autodeclaração dos candidatos

Dos respondentes, constituindo 50% da amostra selecionada, 58,3% (7 respostas) se autodeclara como branca/o, 8,3 % (1 resposta) como árabe, 8,3% (1 resposta) como preta e 25% como parda. Somando pretos e pardos, como constituintes da população negra, 33,3% das respostas (4 respostas). Como pesquisadora, me questiono se a forma como tais sujeitos/as se autodeclara pode influenciar a escolha dos autores em suas ementas e na forma como aparecem em suas disciplinas. Em minha experiência enquanto discente, para mim, fica evidente de que há sim esta diferença, mas essa percepção precisa ser verificada.

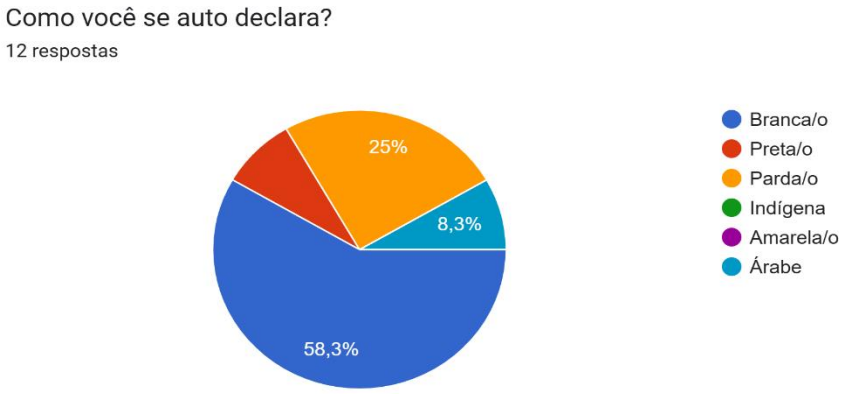

Figura 1 – Gráfico de autodeclaração racial

Fonte: Elaboração própria.

Com uma maioria de docentes respondentes ao formulário sendo branca, teria influência na formação curricular? Se nos debruçarmos ao que Cida Bento trabalha acerca do pacto narcísico da branquitude, podemos pensar nas influências desse fenômeno na constituição curricular das graduações em psicologia. Para bento,

> Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (BENTO, 2022, p. 18).

Teria alguma relação, essa cumplicidade não verbalizada com a composição docente das universidades/instituições de ensino e poderia essa pactuação influenciar na formação dos estudantes de graduação? Este é um dado que poderemos analisar com maior consistência ao verificar as bibliografias utilizadas por tais docentes. Para mim, enquanto pesquisadora, a hipótese que me debruço é de que sim, que nesse espaço de ensino há uma pactuação que contribui para a construção dos currículos.

Cida bento continua nos dizendo,

> as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal” (BENTO, 2022, p. 18).

Dito isto, qual o papel dos docentes brancas/os para a ruptura com essa pactuação? Como vimos no capítulo anterior, entendendo o discurso como um conjunto de práticas que moldam e controlam o saber, uma sociedade a qual é permeada pelo pacto narcísico da branquitude deveria repensar nas interdições e na relevância dos discursos que nela são postos como o “diferente”, assim como o “normal” e o “universal”. O silencio e a negação do privilégio racial pactuam para a manutenção da interdição sobre os corpos das/os sujeitas/os que desviam daquele saber que é posto como universal.

Com o conceito de discurso, Foucault traz a compreensão de como sua formulação está vinculada a um conjunto de práticas as quais permitem a regulação do saber. O discurso da branquitude, analisado por Cida Bento, sustenta a ideia de neutralidade e universalidade dos sujeitos brancos, o que demonstra tal prática reguladora. Conjuntamente, como demonstrado por Sueli Carneiro, o dispositivo de racialidade reforça a inferiorização dos corpos negros e de suas subjetividades e produção de saberes. Esses três conceitos nos ajudaram aqui a analisar as bibliografias utilizadas pelos docentes respondentes de nosso questionário.

4.2.2 – Análise das áreas de atuação

Em seguida, ao coletar os dados das instituições nos quais os sujeitos de nossa amostra atuam, pode se identificar uma diversidade de campos de atuação. Nem todos os respondentes se encontram atualmente na docência, mas sua maioria sim. Dos que não atuam, não foi respondido onde tem atuado profissionalmente, apenas nomeada a instituição nas quais trabalham. Pelo gráfico podemos identificar que em sua maioria se trata de universidades do Rio de Janeiro.

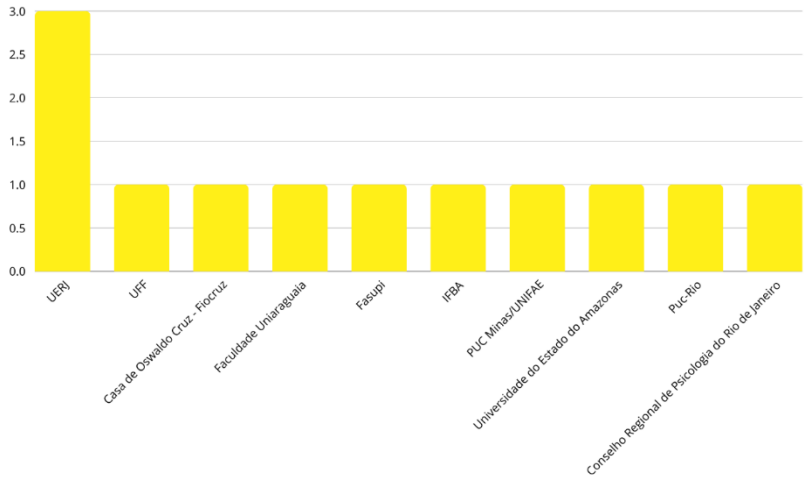

Figura 2 – Gráfico de locais de atuação

Fonte: Elaboração própria.

Este dado nos serviu de base para a delimitação de nossa próxima etapa de pesquisa. Para fazer uma pesquisa mais minuciosa, foram selecionadas as universidades públicas do estado do rio de Janeiro como objeto de análise documental dos conteúdos programáticos e ementas de disciplinas. Isto será mais bem descrito na próxima etapa da pesquisa.

4.2.3 – das disciplinas lecionadas

Quanto às disciplinas lecionadas, os respondentes do formulário nos deram as seguintes informações:

1 - Emergências e Constituição da Psicologia Científica: 1
2 - Fundamentos da Assistência ao Paciente: 1
3 - Fundamentos de Psicologia Social: 1
4 - História da Psicologia: 2
5 - Psicologia Social I; Temas Contemporâneos: 1
6 - História das Cidades, História do Mundo Contemporâneo: 1
7 - História dos Refugiados e da Saúde Mental: 1
8 - História dos Saberes Psi: 1
8 - História e Historiografia das Emoções: 1
9 - Psicologia da Educação: 1
10 - Psicologia do Século XX à Contemporaneidade: 1
11 - Psicologia Social e do Desenvolvimento: 1
12 - Não atuo na docência: 1

Pela nomeação das disciplinas, as dividi nos seguintes eixos temáticos: História da Psicologia e Saberes Psi, Psicologia Social e do Desenvolvimento e Educação e Saúde.

Tabela 1 – Disciplinas da História de Psicologia e Saberes

História da Psicologia e Saberes Psi
História da Psicologia
História dos Saberes Psi
História e Historiografia das Emoções
História da Psicologia; Psicologia Social I; Temas Contemporâneos
História das Cidades, História do Mundo Contemporâneo
História dos Refugiados e da Saúde Mental

Fonte: Elaboração própria.

Essas disciplinas parecem compartilhar um foco em aspectos históricos e epistemológicos da psicologia, abrangendo também contextos sociais e culturais.

Tabela 2 – Disciplinas de Psicologia Social e Desenvolvimento

Psicologia Social e Desenvolvimento
Psicologia Social e do Desenvolvimento
Fundamentos de Psicologia Social
Psicologia do Século XX à Contemporaneidade
Emergências e Constituição da Psicologia Científica

Fonte: Elaboração própria.

Neste eixo, as disciplinas parecem explorar as interações sociais, desenvolvimento humano e aspectos fundamentais que moldaram a psicologia contemporânea.

Tabela 3 – Disciplinas de Educação e Saúde

Educação e Saúde
Psicologia da Educação
Fundamentos da Assistência ao Paciente
História dos Refugiados e da Saúde Mental

Fonte: Elaboração própria.

Aqui, o foco das disciplinas parece um pouco mais específico que as anteriores. Nele, pela nomeação das disciplinas, dá a entender que trabalha-se como a psicologia interage com questões educacionais e de saúde, especialmente em contextos de cuidado e suporte a populações específicas.

Para além de saber quais eram as disciplinas lecionadas, formulamos uma questão para que assinalassem os autores que utilizam em suas bibliografias, sendo este o ponto principal de nossas análises. Os resultados obtidos seguem no ponto posterior.

4.2.4 – Dos autores e bibliografias

Dando seguimento aos dados coletados pelos formulários, coletamos os autores e bibliografias utilizados pelos respondentes de nossa amostra para tentar começar a desenhar a pesquisa e a traçar compreensões de como anda o cenário curricular dos cursos em psicologia.

Na primeira questão acerca da bibliografia, listamos 20 autores, sendo eles 10 homens e 10 mulheres. Dentre eles destacam-se cânones do campo psi como Wundt, considerado o pai da psicologia experimental, Freud, como fundador da psicanálise e Piaget, da psicologia do desenvolvimento. Como o intuito da pesquisa é verificar a persistência da invisibilização de mulheres negras no currículo psi, acrescentamos nomes como Cida Bento, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza. A seguir pode-se verificar a questão direcionada ao gt, assim como suas respectivas respostas.

Apesar de autores como Fanon e Neusa Santos Souza serem mencionados, ainda é de forma menos expressiva que os autores eurocêntricos. Isso pode ser explicado pela temática das disciplinas lecionadas, mas também demonstra a herança de se escolher o uso de um autor, em detrimento de outros. Me questiono se num estudo mais amplo, com maior número e variedade de áreas da docência, esse cenário traria um panorama diferente.

Dentro dos autores que fogem da lógica branco-europeia, Fanon é o autor dos mais citados. Frantz Fanon (1925–1961) foi um psiquiatra, filósofo, teórico político e escritor revolucionário de origem martinicana. Ele é reconhecido como uma figura fundamental no pensamento anticolonial e nos estudos pós-coloniais. Suas análises abrangem questões de racismo, colonialismo, identidade, violência e libertação. Seu uso pode sugerir uma abertura à crítica do colonialismo, e é interessante verificar seu aparecimento nos diversos grupos raciais. Ainda mais interessante seria poder verificar, em pesquisas posteriores, como têm sido o uso desses autores, que como Fanon, rompem a lógica eurocêntrica.

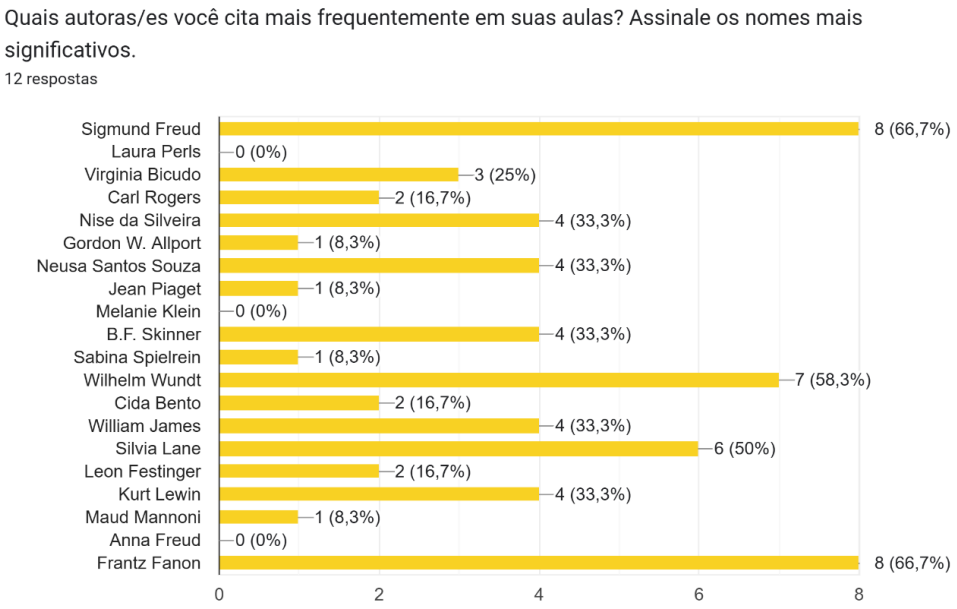

Figura 3 – Gráfico de autores citados

Fonte: Elaboração própria.

Dos dados coletados, pode se verificar o seguinte ranking de autores mais citados:

Tabela 4 – Ranking de autores mais citados

1º Sigmund Freud (9 menções)
2º Frantz Fanon (9 menções)
3º Wilhelm Wundt (8 menções)
4º Silvia Lane (7 menções)
5º B.F. Skinner (5 menções)
6º Nise da Silveira (5 menções)
7º Kurt Lewin (5 menções)
8º Neusa Santos Souza (5 menções)

9º William James (5 menções)
10º Virginia Bicudo (4 menções)

Fonte: Elaboração própria.

O número de homens citado corresponde a 60% dentre os autores mais citados, sendo que destes 60%, apenas 1 corresponde a um homem negro. Quanto às mulheres, correspondentes a 40% dos autores mais citados, há uma divisão racial de 50% de mulheres negras e 50% de mulheres brancas. Como anteriormente mencionei se haveria uma relação entre o pacto narcísico da branquitude, a raça dos respondentes e como isso transparece na produção curricular de psicologia, segue abaixo a tabela relacional entre raça-autor utilizado, dos mais citados, para que possamos visualizar o que de fato acontece.

Tabela 5 – Autores por raça

Autor	Branca/o	Parda/o	Preta/o	Árabe
Frantz Fanon	5	2	1	1
Sigmund Freud	6	2	1	0
Wilhelm Wundt	5	2	1	0
Silvia Lane	5	1	1	0
William James	2	2	1	0
Kurt Lewin	3	1	1	0
B.F. Skinner	3	2	0	0
Neusa Santos Souza	3	2	0	0
Nise da Silveira	5	0	0	0
Virginia Bicudo	2	2	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível se verificar, há uma predominância de citação de autores eurocêntricos. Freud e Wundt estão entre os autores mais citados, independentemente da identidade racial dos respondentes.

Frantz Fanon e Neusa Santos Souza são autores que rompem com essa lógica, e aparecem em diferentes grupos raciais. Fanon é citado na mesma quantidade de vezes

que Wundt e Nise da Silveira, que é outra autora que também rompe com a lógica eurocêntrica presente nos currículos. Ambos aparecem em menor escala nos respondentes autodeclarados pretas/os, pardas/os e árabes, porém é válido destacar que estes se encontram em menor número em relação aos respondentes brancos.

Esse reflexo de uma predominância de autores brancos europeus amplamente citados pode demonstrar a estrutura eurocêntrica que constitui currículos de psicologia, os quais ainda privilegiam epstemologias europeias e norte americanas. Mesmo no grupo autodeclarado como Parda/o e Preta/o, esses autores permanecem centrais, indicando que a formação recebida influencia mais que a identidade racial na escolha.

A autora negra que aparece com maior frequência é Neusa Santos Souza (1948–2008) renomada psicóloga, psicanalista e intelectual brasileira. Sua obra e atuação se mostram fundamentais para o desenvolvermos uma psicologia crítica voltada para as questões raciais no Brasil. Ela é reconhecida por seus estudos sobre os impactos psicológicos do racismo e da discriminação na subjetividade das pessoas negras. Ainda assim, sua menção aparece em uma posição abaixo em relação a outros autores branco-europeus.

Quanto às diferenças e relações entre menção a autores e grupos raciais, podemos compreender que, em nossa amostra, ainda são citados com mais frequências autores clássicos como Freud e Wundt. Mas é surpreendente a menção à Fanon estando equiparada a esses autores. No entanto, podemos verificar também que embora mencionados, a frequência é pequena em relação aos autores clássicos. Virgínia Bicudo, por exemplo, pioneira da psicanálise no Brasil, aparece em menor destaque que os demais autores. Me pergunto se é possível afirmar, como teorizado por Sueli Carneiro, a evidência de um epistemicídio no currículo, devido a marginalização de epistemologias negras quando relacionadas aos autores europeus.

Para que possamos aprofundar essa análise, seguimos com a utilização das bibliografias. Foram listados textos dos autores antes mencionados, assim como literatura mais clássica de disciplinas como história da psicologia, para que pudessem assinalar quais bibliografias utilizavam ao ministrar suas disciplinas. Com as respostas, pudemos verificar o seguinte:

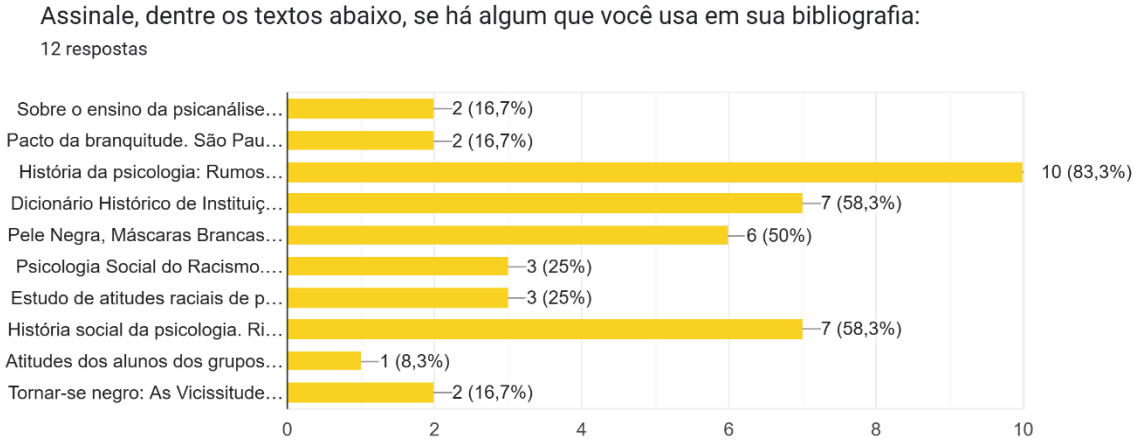

Figura 4 – Gráfico de bibliografias utilizadas

Fonte: Elaboração própria.

Diante do gráfico anterior, temos o seguinte ranking:

Tabela 6 – Frequência de utilização da bibliografia

Bibliografia	Frequência
História da psicologia: Rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2003.	10
Dicionário Histórico de Instituições da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011	7
História social da psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2018.	7
Pele Negra, Máscaras Brancas. São Paulo: UBU Editora, 2020.	6
Psicologia Social do Racismo. São Paulo: Vozes, 2002.	3
Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.	3
Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVII, p. 183-190. Rio de Janeiro: Imago, 1996.	2

Bibliografia	Frequência
Pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022	2
Tornar-se negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Edições Graal, 1983.	2
Atitudes dos alunos dos grupos escolares da capital em relação a cor dos seus colegas. In R. Bastide & F. Fernandes (Eds.), Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo UNESCO/Anhembi.	1

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados coletados, podemos concluir o seguinte: dos dados bibliográficos, os dois textos com maior frequência de citação são textos tradicionais da bibliografia disciplinar de história da psicologia. Feito uma pesquisa desses textos, conclui-se que no primeiro, de história da psicologia, não há nenhuma menção à Virgínia Bicudo e a Neusa Santos Souza. Possui textos referentes à história da psicanálise, especialmente à história da psicanálise no Brasil, mas não há nenhuma menção a esses dois expoentes em seus textos.

O segundo título do ranking não chega a mencionar Neusa Santos Souza, mas menciona brevemente Bicudo, ao associá-la à formação da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Pode-se assim então, compreender que, as duas bibliografias mais frequentemente citadas se mantém num status de manutenção do uso da construção de uma história a partir de seus cânones, deixando ainda à margem a menção a mulheres negras que fazem parte da construção desta história.

O terceiro título do ranking é utilizado por 7 dos respondentes do formulário, o que é um número expressivo. Em seu interior podemos encontrar um texto, fruto de um trabalho de um pesquisador de referência no campo de intersecção das relações étnico-raciais e a psicologia, e que é pioneiro na abordagem da temática. O uso de 7/12 respondentes desse texto em sua bibliografia pode demonstrar um caminho de mudança de um pensamento hegemônico para um pensamento que contribua para construir uma contra hegemonia.

Para a pesquisa é surpreendente o aparecimento do texto pele negra, máscaras brancas em terceiro lugar, assim como sua menção na questão anterior. O uso deste autor pode revelar uma abertura para trabalhar textos que quebrem com a lógica hegemônica e que possibilitem a construção de uma outra Psicologia. É válido destacar que nosso foco

de pesquisa são as produções de mulheres negras, no entanto não podemos desconsiderar a relevância deste dado.

Em seguida temos Psicologia Social do Racismo, com uma frequência de resposta de 03. Já é uma queda significativa em relação aos títulos anteriores, junto à Estudos de atitudes raciais de pretos e mulatos. O primeiro organizado por Cida Bento e Yrai Carone, é uma bibliografia composta por um conjunto de textos que tem como objetivo trazer para o campo da psicologia a discussão étnico-racial e demonstrar como tal campo teria de possibilidade de contribuição para o combate do racismo. O segundo é a dissertação de metrado de Virgínia Bicudo, primeira psicanalista não-médica brasileira e pioneira nos estudos étnico-raciais. Foi uma das intelectuais negras que compôs o projeto negro e denunciava a existência do racismo no Brasil em tempo que a democracia racial era difundida enquanto verdade absoluta. Ambos os textos são extremamente relevantes para o campo da psicologia, mas aparecem com menor expressividade em relação aos textos considerados clássicos para a composição bibliográfica dos currículos em Psicologia.

5 – Análise e resultados dos conteúdos programáticos

Para a análise dos conteúdos programáticos foi necessário que se fizesse tal processo analítico em etapas:

1 - Quantos e quais cursos de Psicologia existem no Brasil segundo dados do MEC?

2 - Critérios de inclusão escalonados, de acordo com a viabilidade: cursos das públicas do Rio/ cursos das públicas do Brasil/ Todos os cursos.

3 - Coleta dos conteúdos e planos de aula no site das instituições; seguida de análise documental

Para a primeira etapa desta análise, foi feito o acesso ao E-mec, com o intuito de visualizar qual é o quadro atual dos cursos de Psicologia cadastrados no sistema atualmente. De acordo com o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (Cadastro e-MEC), atualmente estão cadastrados 1509 cursos de graduação em Psicologia em todo o país. Destes, estão atualmente ativos 1346, todos na modalidade presencial. “São oferecidos cursos em instituições especiais; em instituições públicas federais, estaduais e municipais; e em instituições privadas sem fins lucrativos e com fins lucrativos.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2023)

Visto a inviabilidade de recolher todo material documental necessário para as nossas análises de todas as universidades, vamos aos dados no Estado do Rio de Janeiro. São 84 cadastros de universidades, públicas e privadas, um acervo bem amplo de instituições de ensino a serem pesquisados. Quando limitamos nosso foco para a cidade do Rio de Janeiro temos um quantitativo de 36 universidades, sendo elas 2 públicas (UERJ E UFRJ) e as demais privadas.

Para aumentar um pouco mais nosso escopo de pesquisa, e pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, nossas análises se debruçarão sobre as universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. Contém 9 cursos ativos desta modalidade das universidades à seguir:

Universidade Federal Fluminense (4 cursos de bacharelado)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1 curso de bacharelado)

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1 curso de Licenciatura e 1 de Bacharelado)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (1 curso de Licenciatura e 1curso de bacharelado)

Dentro desta seleção preliminar, visto que a UFF, assim como as demais universidades, possuem polos diferentes de atuação, foi selecionado 1 curso (de bacharelado) de cada universidade para nossa análise curricular.

É necessário destacar também que em 2023 foi publicado pelo MEC uma nova diretriz curricular nacional para os cursos de psicologia. A Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023 possui atualizações relevantes para o campo. A nova resolução avança significativamente ao incluir as relações étnico-raciais como um tema estruturante e obrigatório na formação do psicólogo. Nesta resolução, torna-se obrigatória a formação voltada para compreender as relações étnico-raciais no Brasil, enfrentando o racismo estrutural e promovendo a igualdade racial. Inclui a promoção da história e cultura afro-brasileira e indígena como parte essencial da formação, alinhada à Lei nº 10.639/2003 e à Lei nº 11.645/2008.

> VII - História da África e História Indígena, conforme disposto nas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, para ampliação dos conhecimentos relativos à história e à cultura brasileiras e ao enfrentamento do racismo e do preconceito (BRASIL, 2023).

Apesar de não estar diretamente nos eixos estruturantes da formação do psicólogo em geral, o tema é enfatizado na formação do professor de Psicologia, o que impacta indiretamente na formação geral, já que o professor precisa ter essa base para formar outros psicólogos. Podemos assim, pensar na influência que os docentes têm para a formação de outros profissionais e na construção do currículo psi. É através dos mesmos, e não somente da bibliografia utilizada, que esse saber será transmitido.

Além disso, de maneira geral, a nova DCN visa a atuação crítica e ética dos profissionais frente às desigualdades raciais, e compreensão das interseccionalidades de raça, gênero e classe. O profissional psi deve atuar com o Norte na promoção da equidade e enfrentamento de preconceitos.

> Art. 2º

> II - Reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com os campos de conhecimento que permitam apreender a complexidade e a multideterminação do fenômeno psicológico;
> [...]
> III - Compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos de um mundo em processo crescente de globalização, considerando a diversidade regional do país, sua inserção na América Latina e na comunidade de países de língua portuguesa; (BRASIL, 2023)

É válido também atentarmos nos currículos e ao tempo de implementação desta resolução.

> Art. 26. Os cursos de graduação em Psicologia que estão em funcionamento deverão adaptar-se a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.
> Art. 27. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2023, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011 (BRASIL, 2023).

5.1 – Universidade Federal Fluminense

Para iniciarmos nossa análise, selecionei a Universidade Federal Fluminense. O site da instituição é de fácil acesso, e possui separação dos ementários das disciplinas obrigatórias e optativas. Com base nas informações centrais do site da instituição temos o seguinte resumo sobre o seu funcionamento:

Estrutura Curricular do Curso de Psicologia da UFF-Niterói

1. Organização Geral

- O curso se estrutura a partir de eixos estruturantes, articulando o Núcleo Comum de Formação (NC) e o Núcleo das Ênfases Curriculares (NE).
- A formação se dá por meio de disciplinas obrigatórias e optativas, distribuídas nos núcleos mencionados.

2. Núcleo Comum de Formação

- Organiza-se em torno de seis eixos estruturantes:

1 -Fundamentos históricos e epistemológicos

2 - Fundamentos teórico-metodológicos

3 - Procedimentos para a prática científica e profissional

4 - Fenômenos e processos psicológicos

5 - Interfaces com campos afins do conhecimento

6 - Práticas profissionais

3. Núcleo das Ênfases Curriculares

- Ênfase 1: Psicologia – Processos Clínicos e Atenção à Saúde
    - Foco na avaliação psicológica e psicoterapia, intervenções na saúde e políticas públicas.
- Ênfase 2: Psicologia – Processos de Gestão, Trabalho e Práticas Institucionais
    - Aprofundamento na análise de demandas organizacionais, institucionais e sociais.
- Cada ênfase inclui:
    - 2 disciplinas obrigatórias
    - disciplina optativa
    - estágios supervisionados específicos

4. Disciplinas Obrigatórias do Núcleo Comum por Eixo

- Eixo 1 (Epistemologia e História): Epistemologia e História da Psicologia, História da Filosofia, Introdução à Psicologia Clínica, Psicologia Social, etc.
- Eixo 2 (Teoria e Métodos): Psicologia Clínica, Psicologia do Desenvolvimento, Metodologia de Pesquisa, Psicometria, etc.
- Eixo 3 (Práticas e Diagnóstico): Psicologia dos Grupos, Técnicas de Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico, Psicopatologia, Psicologia do Trabalho, etc.
- Eixo 4 (Processos Psicológicos): Aprendizagem e Memória, Percepção, Linguagem, Motivação e Processos Afetivos, etc.
- Eixo 5 (Interfaces do Conhecimento): Neurociências, Sociologia, Antropologia, Psicologia e História Social, etc.

- Eixo 6 (Estágios e Práticas Profissionais): Estágios Supervisionados, Psicodiagnóstico, Avaliação Psicológica, etc.

A partir deste primeiro acesso, adentramos nas análises curriculares da instituição. O problema encontrado no ementário da UFF é que não constam as bibliografias das disciplinas, além disso, a DCN nova também ainda não foi aplicada, e não há data nas ementas obrigatórias, apenas um novo ementário para disciplinas optativas feito em 2019, mas elas estão fora de nosso escopo de análise. Tal fato traz impasses para o nosso trabalho de pesquisa referente aos conteúdos bibliográficos utilizados na mesma. Quanto às ementas, não há menção explícita a temas étnico-raciais nas descrições das disciplinas obrigatórias, no entanto há uma disciplina chamada **Sociedade Brasileira e África: Subjetivações Afrodescendentes** oferecida pelo programa, que se propõe a abordar tais temáticas. No entanto, apoio-me no argumento de que que a inclusão de conteúdos sobre raça, etnia e racismo não é um objetivo central das disciplinas.

Essa ausência explícita de temas étnico-raciais nas descrições das ementas das disciplinas obrigatórias pode ser compreendida à luz da interdição discursiva descrita por Foucault em *A Ordem do Discurso*. Nesta obra, Foucault argumenta que a regulação discursiva se dá por uma série de mecanismos que controlam o que pode ser dito, por quem e em quais contextos. A interdição, como mecanismo de controle, impede ou limita a aparição de determinados discursos dentro de uma estrutura de poder. (Foucault, 2014)

Não seria, então, esta ausência explícita nas ementas curriculares um indício da interdição das produções de sujeitos negros, em especial de mulheres negras, o indício de um epistemicídio? Seria essa uma exclusão sistemática de epistemologias negras e indígenas dos currículos? Esse apagamento institucionalizado de conhecimentos produzidos por grupos historicamente marginalizados estaria a serviço de que hegemonia? Seria suficiente seu aparecimento apenas em uma disciplina? A interdição discursiva, nesse sentido, é um dos mecanismos que sustentam esse epistemicídio, ela dá a garantia de que apenas determinados saberes sejam legitimados.

Como dito por Carneiro (2023),

> a interdição implica negar a admissão do Outro na plena humanidade e promover seu deslocamento para um território intermediário entre a humanidade plena e a animalidade inscrevendo-o, no dizer de Foucault, no gabarito da inteligibilidade do monstro (CARNEIRO, 2023, p. 122).

Para além da falta de explicitação nas ementas curriculares, faço uma crítica a falta de explicitação na DNC dos cursos de Psicologia. Se na diretriz nacional a necessidade de abordar determinados temas aparece de forma implícita, isso dá margens para que não se concretize nos currículos tais discussões. É necessária uma DCN mais meticulosa quanto a esses conteúdos, e que as instituições possam segui-las da melhor forma possível.

As interdições discursivas não se dão apenas pelo conteúdo do discurso, ou seja, por aquilo que pode ou não ser dito), mas também pela regulação de quem pode falar. Pode-se compreender que esse mecanismo se manifesta na ausência de intelectuais negros na formulação curricular, o que sustenta o epistemicídio discutido por Carneiro.

5.2 – Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro consta com uma plataforma de fácil acesso às ementas. Estão divididas em currículo antigo e currículo novo, no qual o currículo antigo estava em vigor desde 1987. O novo currículo entra em vigor a partir do semestre de 2016.1 em diante. Nota-se que novamente ainda não vigora a nova DCN nestes matrizes curriculares.

É possível encontrar no documento a seguinte informação:

> A proposta do Instituto de Psicologia de extinção dos cursos de graduação (Bacharelado, Formação de Psicólogo e Licenciatura em Psicologia) e de criação do curso de Graduação em Psicologia para atender à Resolução CNE 5/2011 (novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia) e às Resoluções CEG 2/2013 e 4/2014 (inclusão de 10% de Atividades de Extensão) foi aprovada pelo CEG em 10/09/2014 e pelo CONSUNI em 26/10/2017.

Diferente do ementário da UFF, que está organizado em ordem alfabética, o ementário da UFRJ encontra-se organizado por período, o que facilita nossa visualização e análise. Porém existem gaps nas referências bibliográficas. As únicas disciplinas que contam com as bibliografias são: Introdução à Sociologia, Epistemologia para Psicologia, História da Psicanálise, História da Psicologia, Ext. Uni. Psi. Comp. Soc. I e Antropologia Cultural. Novamente mostra-se o impasse de analisar de maneira mais ampla tais ementas

e referenciais bibliográficos, visto que o acesso público a esses documentos não é fornecido pelas instituições.

Porém, podemos observar em tais conteúdos fornecidos a ausência da produção de mulheres negras. Há de se salientar que, não há como saber se há a menção das mesmas durante as aulas ministradas, mas como dito ao analisar o ementário da UFF, não há se quer de maneira implícita nas ementas a menção à conteúdos étnico-raciais.

Quanto às bibliografias, também não há menção alguma à nomes como Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza ou Cida Bento em seus conteúdos. Analisando minuciosamente as disciplinas de Epistemologia da Psicologia e História da Psicanálise, não encontrei sequer menção implícita a essas figuras. Na primeira, os autores listados junto às suas obras são, em sua maioria, filósofos e sociólogos franceses do século XX, com exceção de Alan Chalmers, que é britânico. Todos são homens cisgênero brancos europeus. Na segunda, vemos um cenário semelhante com o acréscimo de duas autoras, Elisabeth Roudinesco, e Tania Coelho dos Santos.de ascendência judaica. Os demais autores são brancos, majoritariamente de origem europeia ou americana.

Há uma ausência explícita, uma falta de menção explícita a conteúdos étnico-raciais, raça ou racismo. E é evidente a invisibilização das produções de mulheres negras. Essa ausência, ainda hoje, pode perpetuar tal invisibilidade e a marginalização das produções de saberes de tais intelectuais, além disso, a falta de menção a textos que trabalhem a dimensão racial da estrutura pode dificultar a compreensão das relações de poder e desigualdade que nos permeiam.

A lacuna existente pode gerar certas dificuldades para os profissionais que têm se formado em psicologia, como por exemplo a dificuldade em lidar com um cenário diverso, além de uma visão limitante e tecnicista da psicologia. Além disso, é sabido que a ausência de discussões sobre temáticas étnico-raciais pode contribuir para a reprodução de discursos que oprimem e invisibilizam o sofrimento da população negra.

A escolha dos conteúdos bibliográficos que constituem as ementas e que são lecionados nos cursos de Psicologia pode refletir relações de poder e a exclusão de certas perspectivas e saberes. A ênfase em autores que são considerados cânones, porém ainda constituintes de um saber europeu hegemônico, conjuntamente à invisibilização de outras, podem moldar a forma como os estudantes compreendem não só a prática psi. A forma como os currículos atravessam os sujeitos moldam também sua visão de mundo.

5.3 – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, diferente das analisadas anteriormente, possui seu currículo com atualização em 2023. Porém, não há informações precisas para a data dessa atualização, além do ano de 2023. Sendo assim, não há como saber se é anterior ou posterior à publicação da DNC. No entanto, é a que possui uma atualização mais recente das demais.

Possui a divisão em duas ênfases curriculares, sendo elas Ênfase na Área Educacional e Ênfase na Área da Saúde. Para a nossa análise foi selecionado o currículo com ênfase na área educacional. Os conteúdos bibliográficos contidos nesse ementário são mais extensos do que o das duas outras universidades, porém apresenta também lacunas em disciplinas. Outras, apresentam apenas um livro como bibliografia, o que é minimamente questionável visto que as disciplinas se estendem por 6 meses.

Na análise das ementas curriculares da UFRRJ identifiquei menção explícita a conteúdos étnico-raciais, raça ou racismo. A única disciplina que aborda de maneira pouco mais explicita seria "Antropologia Social", a qual possui os tópicos de diversidade cultural e a alteridade, o que pode incluir discussões sobre questões étnico-raciais. Mas novamente, é algo que “pode-se entender como” e não algo explícito. Dentro das obras e autores que constam na ementa, não há textos que tratem diretamente da temática.

Sendo assim, como na UFF e na UFRJ, a ausência de menção explícita a conteúdos étnico-raciais e de autoras negras pode ser considerada uma lacuna, indicando a necessidade de inclusão de tais temas no currículo.

Quanto aos autores e bibliografias utilizadas, vemos repetir-se o padrão. Apesar de a lista de autores apresenta diversidade em termos de áreas de conhecimento e abordagens, incluindo autores clássicos e contemporâneos, de diferentes países e escolas de pensamento, a maioria dos autores citados são homens brancos, o que indica uma falta de diversidade em termos de gênero e raça.

5.4 – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi a universidade com mais dificuldades de acesso ao ementário. O site constantemente apresentava instabilidades, e a organização era bem confusa. Após muita pesquisa no site da instituição, consegui encontrar o caminho para o fluxograma do curso, no qual constam também as ementas das disciplinas. Por conta do formato do site, não há informações de quando o currículo foi atualizado. No fluxograma constam apenas as informações “Deliberações 18/2010, 32/2012 e 25/2020 Versão 4” e “Atualizado em 09/06/2021”. Foram selecionadas apenas as disciplinas do ciclo básico a serem analisadas, do primeiro ao quarto período, visto que do 5 em diante os currículos dividem-se em 3 ênfases diferentes, sendo eles: Ênfase: Cognição e Personalidade; Ênfase: Psicologia Social e Institucional e Ênfase: Psicologia e Saúde.

Dos currículos analisados, o da UERJ se apresenta como o mais completo quanto as ementas e bibliografias. Estas são mais extensas e detalhadas que as outras universidades. Porém, as ementas analisadas não apresentam vieses evidentes em relação a temas importantes para a nossa pesquisa, como a temática étnico-racial. Não constam menções a nossas autoras de enfoque, Cida Bento, Virgínia Bicudo e Neusa Santos Souza.

Tal fato nos faz questionar: será que tais autoras não são consideradas relevantes para serem discutidas? Nas quatro universidades não foi encontrada nenhuma menção explícita. Será que tais autoras e temáticas não aparecem de maneira alguma? E se aparecem, porque seria em vias marginais, e não nos meios oficiais e centrais, como ementas e bibliografias das disciplinas obrigatórias das grades curriculares de Psicologia?

Com base nas análises das matrizes curriculares dos cursos de Psicologia da UFF, UERJ, UFRRJ E UFRJ, podemos concluir que há uma lacuna na diversidade das referências. As universidades analisadas possuem em suas ementas autores clássicos, de diferentes países e escolas de pensamento, mas ainda assim sua maioria são homens brancos, o que demonstra um hiato quando o assunto é gênero e raça.

Há pouca representatividade de autores utilizados, assim como dos conteúdos presentes nas disciplinas, com base na análise das referências bibliográficas. Não há nem as produções de mulheres negras, nem mesmo a produção de conhecimento acerta das/os sujeitas/os negras/os. Tal fato pode contribuir para a perpetuação de um viés eurocêntrico na formação dos estudantes, o que acarretaria conflitos para a compreensão do contexto brasileiro em sua pluralidade racial e cultural. Além disso, como os profissionais psi podem atuar de acordo com a RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002, que visa estabelecer as normas

em relação ao preconceito e discriminação racial, quando em suas formações as questões raciais não são nem ao menos mencionadas? No mínimo, traria uma dificuldade significativa.

6 – Diário de Campo, pesquisa e trocas

Esta pesquisa circulou em variados espaços antes de se concretizar em forma de texto, como se encontram aqui para os leitores. Faz parte do processo de construção de um pesquisador e de sua implicação com a pesquisa permitir que ela circule em outros espaços e possa permear além do local de gestação, como foi desta o CEFET-RJ.

Em apresentações de trabalho em congresso pude trocar experiências com outros alunos que estão cursando, já finalizaram o curso recentemente e até mesmo profissionais que já atuam na docência. É interessante notar como a minha experiência é algo compartilhado com diversos desses sujeitos que encontrei pelo meu percurso.

Ao apresentar a pesquisa, em novembro de 2023, no 22º Encontro Nacional da Abrapso, os ouvintes da apresentação relataram experiências semelhantes durante sua formação como psicólogos e psicólogas. Uma tradição de se estudar os mesmos autores, os mesmos cânones, os mesmos pensamentos. Quando critico o uso de tais autores não é invalidando a sua relevância, muito pelo contrário. Tais autores possibilitaram a existência da psicologia enquanto disciplina, enquanto ciência e enquanto profissão. Mas sim de questionarmos o quanto já avançamos em relação a esses saberes, o quanto seus contextos de produção influenciam seus pensamentos e o quanto é necessário que seu ensino seja feito junto a outras produções mais recentes.

Em outra oportunidade, apresentei o andamento da pesquisa no Congresso do Clio Psyqué, assim como na ABRAPSO no ano anterior. Essa experiência foi de grande importância para o desenvolvimento e a construção da percepção da relevância da pesquisa. Perceber a recepção dos ouvintes, constituídos por docentes e estudantes de Psicologia, demonstra o quão necessário é pensar em quais epistemologias temos deixado de fora dos currículos.

Com a participação dos ouvintes, em ambos os congressos, pude constatar tanto o desconhecimento das autoras que destaco, quanto o movimento crescente de um interesse genuíno entre os alunos pela temática, que junto aos professores, têm se engajado para a ampliação e disseminação de tais leituras e de que se produzam fissuras até que esses autores estejam presente nas grades curriculares.

O que pude observar nas conversas informais com os alunos e professores, é que tais movimentos parecem se iniciar por demandas estudantis, ou mesmo do movimento

negro estudantil. Na Universidade Federal Fluminense, na qual fiz minha graduação, a discussão de temas e o movimento de pôr em evidência outras epistemologias teve início a partir de uma iniciativa estudantil, na produção de semanas da psicologia, nas quais traziam intelectuais engajados em produzir essa outra psi.

Com estudantes da UFRJ houve um movimento semelhante. Estudantes, pertencentes do movimento negro, incomodados com a maneira como estavam sendo lecionados determinados assuntos, com as lacunas nas discussões sobre relações étnico-raciais e à necessidade de conhecer outros referenciais psicológicos, participaram da produção da parte tanto burocrática quanto pedagógica, de uma disciplina que abordasse tais temáticas e estivesse instituída no currículo. Orquestrada pelo coletivo Virgínia Bicudo em 2018, a disciplina está em vigor até a presente data desta pesquisa.

Na UERJ um movimento semelhante de alunos possibilitou que, na abertura de um novo concurso para Psicologia Social, fosse um pré-requisito a contratação de professoras/os negras/os e que tivessem em sua bibliografia conteúdos que trabalhassem temáticas que levassem em consideração étnico-racialidade e outros assuntos interseccionais.

Tais experiências me fazem refletir se esses movimentos não têm partido mais de alunos que das instituições. Um fato evidente é que a LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 possibilita uma mudança de perfil das Universidades Federais, e me questiono se esse não é um fator relevante para pensar no movimento estudantil para que haja alterações curriculares.

Considerações finais

A presente pesquisa chegou em seu último tópico, a conclusão, no qual por fim, concluímos nosso pensamento. No entanto, os dados da pesquisa me fazem pensar na imensidão de lacunas que ainda se encontram pela frente. Ao buscar analisar de maneira crítica a relação entre a produção de conhecimento em psicologia e as interdições discursivas presente no campo, que invisibilizam determinadas autoras e perspectivas teóricas que discutem sobre racialidade, pude verificar a ausência significativa de tais personagens nas construções curriculares e referências utilizadas em sala de aula. Esse apagamento não apenas reflete a estrutura racista da produção acadêmica, mas também reforça a marginalização das contribuições intelectuais dessas produtoras de saber, restringindo a diversidade epistêmica na formação em Psicologia.

Ao analisar as matrizes curriculares dos cursos de Psicologia da UFF, UFRJ, UFRRJ e UERJ, bem como da investigação sobre os autores mais citados e as referências utilizadas por membros do GT 24 – História Social da Psicologia, verifiquei que determinados padrões de escolha bibliográfica reforçam a centralidade do pensamento eurocêntrico na área. A seleção de materiais utilizados persiste em se restringir a intelectuais brancos e ocidentais, com uma predominância masculina. A baixa representatividade de autores/as negros/as nos currículos reforça a segregação de perspectivas, perpetuando um viés epistemológico que exclui narrativas e experiências fundamentais para a compreensão da diversidade da sociedade brasileira. Esse hiato afeta não apenas a construção teórica da Psicologia, mas também a prática profissional, uma vez que a ausência de conteúdos étnico-raciais compromete a capacidade dos futuros psicólogos de lidar com as questões raciais e sociais de forma crítica e engajada. Na ausência de menção explícita a raça, racismo e epistemologias negras nos objetivos centrais das disciplinas se mostra como outro dado que precisamos nos atentar.

Diante dessas constatações, esta pesquisa reforça a urgência de uma transformação nos currículos de Psicologia no Brasil. E, como dito no início, não é uma pesquisa que tem seu fim em si mesma. Muito pelo contrário, vejo aqui a necessidade de ampliação da mesma para outros espaços e aprofundamento em pesquisas posteriores. Um levantamento aprofundado dos referenciais que têm sido produzidos por intelectuais negros na academia, uma ampliação da discussão curricular ampliando seu escopo de

análise para outras universidades do estado, região e país. Podemos ampliar também esta pesquisa para universidades particulares. Ainda há muito o que se produzir no campo, e para isto, essa pesquisa precisa continuar.

Referências

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições**. Psicologia: ciência e profissão**, São Paulo, v. 32, n. especial, p. 44-66, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo:** Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**.** 6ª Edição - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.25-57.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 18, de 20 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a atuação do psicólogo em relação à orientação sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: *[13/02/2025]*.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023**. Define as diretrizes para a formação de psicólogos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 out. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne-ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-494719710. Acesso em: 13 fev. 2025.

Carneiro, Sueli. (2023), **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro, Zahar

CASTRO, Alexandre de Carvalho; FACCHINETTI, Cristiana. History of Psychology in Brazil: The Different Meanings of Degeneration (1903-1930). Revista **Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 56, n. 2, e1691, maio-ago. 2022. DOI: 10.30849/ripijp.v56i2.1691. Disponível em: https://journal.sipsych.org/. Acesso em: 19/11/2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **MEC publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia**. Site do CFP, 28 ago. 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/mec-publica-as-diretrizes-curriculares-nacionais-para-os-cursos-de-psicologia/. Acesso em: 23 jan. 2025

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In:GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

JACÓ-VILELA, Ana Maria Jacó. História da Psicologia no Brasil: Uma Narrativa por Meio de seu Ensino. *In:* **Psicologia: Ciência e Profissão,** 2012, 32 (num. esp.), 28-43. 2012.

JACÓ-VILELA, A. M., DEGANI-CARNEIRO, F., & OLIVEIRA, D. M. (**2016). A formação da psicologia social como campo científico no Brasil.** In: **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 526-536, 2016. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p526

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Jess Oliveira (trad.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

MARTINS, Hildelberto Vieira. **As ilusões da cor:** sobre raça e assujeitamento no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Miotto, M. (2018). **A Psicologia entre o 'longo passado' e a 'curta história'.** Revista Dissertatio de Filosofia, **47, 95-134. Recuperado de** https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/9996.

PEREIRA, Fernanda Martins; PEREIRA NETO, André. O Psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003.

PORTUGAL, Francisco Teixeira; CASTRO, Cristina; FACCHINETTI, Alexandre de Carvalho (orgs.). **História social da psicologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 37 (núm. esp.) 172-085, 2017. http://doi.org/10.1590/1982-3703130002017

SERPA JR., Octavio Domont de. O degenerado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 17, supl. 2, p. 447-473, dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/spqMfKFXKQrs7Gv58MKNNWG/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 19/11/2024.